



Luiz César de Queiroz Ribeiro  
Marcelo Gomes Ribeiro

# Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos



Observatório  
das Metrópoles  
Instituto Nacional de  
Ciência e Tecnologia

colecção  
**METRÓPOLES**

LETRACAPITAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro  
Marcelo Gomes Ribeiro

**Análise social do território:**  
fundamentos teóricos e metodológicos



Observatório  
das Metrôpoles  
Instituto Nacional de  
Ciência e Tecnologia

LETRAPITAL

Copyright © Luiz César de Queiroz Ribeiro Marcelo Gomes Ribeiro, 2013.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9. 610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

EDITOR:

João Baptista Pinto

PROJETO GRÁFICO | DIAGRAMAÇÃO:

Rian Narcizo Mariano

CAPA:

Rian Narcizo Mariano

REVISÃO:

Do autor

CONVERSÃO PARA E-BOOK

Freitas Bastos

---

R37a

Ribeiro, Luiz César de Queiroz, 1947-

Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos / Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013. 76 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-202-4

1. Ciências sociais - Brasil. 2. Demografia - Brasil. 3. População - Aspectos sociais - Brasil. I. Ribeiro, Marcelo Gomes. II. Título.

13-00184

CDD: 304.60981

CDU: 314(81)

---

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ

Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão

Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ

Tel/Fax 55-21-2598-1950

[www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net)

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels: 21. 3553-2236 | 2215-3781

[www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br)



# Sumário

Capa

Folha de Rosto

Créditos

Sumário

1. Introdução

2. Mudanças estruturais na sociedade brasileira

    Modelo de substituição de importação

    Mudanças estruturais

3. Estrutura social

4. Estrutura social, território e distância social

    Diferenciação, segmentação e segregação

    Exclusão e integração sociais

5. Procedimentos metodológicos: estrutura, dinâmica e padrões

    Tipologia socioespacial das áreas metropolitanas

    Aplicação prática da metodologia: o exemplo do Rio de Janeiro

    Análise da estrutura

    Evolução da estrutura

6. Outras dimensões da dinâmica de organização social do território

    Variáveis suplementares

7. Análise dos padrões territoriais de organização espacial das metrópoles

    Índice de Moran: global e local

8. Desigualdades sociais: Oportunidade e bem-estar urbano

    Falácia ecológica ou efeito de composição

    Escala de segregação

9. Considerações finais

Referências bibliográficas

# 1. Introdução

O objetivo deste texto é apresentar a metodologia e os fundamentos teóricos de análise social do espaço urbano utilizados pela Rede Observatório das Metrôpoles, descrevendo o conjunto de procedimentos técnicos que a operacionalizam. Esta análise constitui o núcleo central do programa de pesquisa do Observatório das Metrôpoles no que concerne aos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação sócio-territorial nas regiões metropolitanas e sua relação com as desigualdades e as interações sociais. A sua adoção pelos núcleos integrados à Rede permite a análise comparativa sistemática e controlada entre as regiões metropolitanas e, além disso, a análise de sua evolução temporal.

O texto está organizado em oito seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, será apresentado o contexto econômico e social que justifica o tipo de análise proposto, dando destaque às mudanças ocorridas nas últimas décadas, no advento do processo do novo modelo de desenvolvimento capitalista decorrente da globalização e da crise do chamado “fordismo” e suas implicações no aumento das desigualdades sociais e na crise de sociabilidade que marcam as metrôpoles contemporâneas.

Como a análise do território metropolitano se dá a partir da compreensão da estrutura social, na terceira seção serão apresentadas as principais contribuições teóricas relativas a esse conceito, para demonstrar a escolha teórica realizada pelo Observatório das Metrôpoles na busca de compreensão da organização social do território metropolitano.

Na quarta, seção apresentados os fundamentos teóricos utilizados para a elaboração do nosso modelo de análise fundado na construção tipológica de espaço que nos permite a descrição simultânea do espaço da totalidade para as partes. Os principais conceitos utilizados para interpretação do território urbano, a partir da elaboração da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, são também apresentados.

Na quinta seção, são apresentados os procedimentos técnicos, propriamente ditos, utilizados para a construção da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrópoles, tendo em vista o arcabouço teórico-conceitual que sedimenta sua elaboração. A fim de visualizar sua aplicação prática, ao final da seção, são descritos os passos para a construção da Tipologia Socioespacial para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a título de exemplo, considerando os dados censitários do ano de 2000. São também apresentados possíveis usos da Tipologia Socioespacial na análise social do território, a fim de identificar padrões organizacionais do território metropolitano, bem como sua evolução temporal.

A relação da Tipologia Socioespacial com outras dimensões da dinâmica de organização social do território é apresentada na sexta seção. Essa relação se concentra nos aspectos que mais evidenciam a diferenciação social no território metropolitano, tendo como exemplos alguns aspectos demográficos.

Na sétima seção, são discutidos os diferentes padrões de organização social do território metropolitano que podem ser captados através de índices de segregação residencial. Neste sentido, alguns exemplos são apresentados.

Na oitava seção, procuramos relacionar a organização social do território, tendo em vista sua diferenciação, segmentação e segregação, para refletir sobre as desigualdades sociais, entendida tanto em relação às desigualdades de oportunidades quanto em relação ao bem-estar urbano. Neste sentido alguns desafios são apresentados para a investigação, como: a falácia ecológica e as diferentes escalas em que se manifestam a segregação residencial.

E, na última seção, onde realizamos as considerações finais, daremos destaque para alguns trabalhos já realizados pelo Observatório das Metrópoles que utiliza a Tipologia Socioespacial como referência.

## 2. Mudanças estruturais na sociedade brasileira

O modo como as áreas metropolitanas se organizam decorre, em grande medida, dos processos econômicos em curso que lhes dão contorno, que tem no trabalho a principal categoria analítica para sua compreensão e, por conseguinte, dos processos sociais que lhes são inerentes expressos territorialmente. Portanto, a análise da organização social do território metropolitano não pode prescindir da consideração da economia como dimensão importante das relações sociais construídas em contextos territoriais. Apesar dessa relação entre economia e território não se estabelecer de forma direta, pois é possível que haja vários mecanismos de mediação entre essas dimensões, não invalida a análise dos impactos que as mudanças econômicas podem efetuar sobre a organização social do território metropolitano. Ao contrário, apresenta os condicionantes estruturais da organização espacial das metrópoles.

Em tempos de transformações econômicas – também denominada de globalização –, como as que ocorreram de modo significativo na virada dos anos 80 para os anos 90 – nos países de economia central, mas, sobretudo, para os países em desenvolvimento da América Latina –, torna-se importante analisar as mudanças na organização social das áreas metropolitanas, como foram afetadas e de que modo reagiram a tais transformações. Mas antes, é relevante verificar como essas transformações econômicas se efetivaram, sua intensidade e suas implicações. E isso só é possível se compreendermos como era a estrutura econômica no passado e como se caracteriza, ou vem se caracterizando, a estrutura econômica na contemporaneidade.

Não obstante tomarmos o Brasil como “*um caso particular do possível*” para a análise dos impactos da globalização, que não é o mesmo que tratar de particularismo (BOURDIEU, 1996), acreditamos que os efeitos daí decorrentes ocorrem em maior ou menor grau e intensidade, sobretudo, nos países com história e estrutura econômicas semelhantes. Neste sentido, acreditamos que analisar a situação brasileira nos possibilita uma

compreensão mais ampla de processos econômicos e sociais que também se manifestaram em outras realidades.

## MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

Os países da América Latina, e em especial o Brasil, experimentaram um processo de industrialização que ficou denominado de modelo de substituição de importação, exatamente porque esse processo consistia em produzir internamente o que antes era importado, principalmente dos países de economia central (TAVARES, 1972). A incorporação desse modelo de desenvolvimento econômico modificou de modo significativo a estrutura econômica e social desses países. De uma sociedade caracterizada pela economia agrário-exportadora, o Brasil passou a ser caracterizado por uma economia urbano-industrial, principalmente por ter sido o único país da América Latina a cumprir todas as etapas de industrialização como era concebido no modelo – bens de consumo não-durável, bens de consumo durável, bens de intermediários e bens de capital.

O processo de industrialização que ocorreu no Brasil só fez acelerar a urbanização que já se colocava em curso, agravando as condições sociais para parcela expressiva da população, principalmente para as pessoas que realizavam migração do campo, ou de pequenas cidades interioranas, para os principais centros urbanos. Em pouco tempo a maior parcela da população já se concentrava nas cidades, como ficou registrado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1970 (RIBEIRO & RIBEIRO, 2010). A questão social que consistia na precarização das condições de moradia; nas desigualdades de renda que se ampliavam, apesar do crescimento econômico; no trabalho precário, quando existente; etc. – era, ao mesmo tempo, característica do que ficou conhecido como a “questão urbana”. Compreender, portanto, a organização social das principais metrópoles do país era condição necessária para compreender os problemas sociais, que não poderiam ser apreendidos sem o entendimento das conseqüências que o modelo substitutivo de importações acarretava naquele momento.

O desenvolvimento econômico do Brasil, que durante essa fase se baseou no modelo de substituição de importação, possibilitou a modernização econômica do país, por um lado, e o acirramento das

desigualdades sociais, por outro. O país experimentou um grande período de crescimento econômico, que tem no intervalo de 1968 a 1973 o momento mais expressivo desse processo, conhecido como o milagre econômico brasileiro. Mas foi também o momento em que se registrou aumento substantivo das desigualdades de renda entre as camadas sociais (HOFFMANN, 1973).

Embora a modernização econômica realizada tenha possibilitado a ampliação das camadas médias da população, tendo em vista o aumento da demanda por profissionais nas indústrias, serviços privados e mesmo na burocracia estatal, uma parcela importante da população conseguiu, no máximo, passar da condição de trabalho manual do campo para trabalho manual urbano – que para muitos já significava ascensão social –, porém havia um grande contingente que não conseguia se incorporar nessa dinâmica econômica, tendo que buscar na informalidade uma alternativa de trabalho – muitas vezes por meio de relações de trabalho precárias.

As grandes cidades, que se constituíam como o principal lócus desse processo, manifestavam na organização do seu território essa realidade social. Além do crescimento de favelas e cortiços em alguns desses centros urbanos, ocorreu de modo generalizado o crescimento das periferias das cidades, haja vista o grande aumento populacional. Mas a periferia era depositária de pessoas com baixas condições sociais, por não terem condições econômicas suficientes para poderem se estabelecer nas proximidades do local de trabalho, que normalmente se concentravam nas áreas centrais. Além disso, a periferia se caracterizava pela ausência de serviços e infra-estruturas públicas, o que tornava ainda precária as condições de vida das pessoas que aí residiam (CARDOSO, CAMARGO e KOWALICK, s/d). Essa realidade dava uma conotação à periferia não apenas decorrente de sua diferença geográfica em relação ao centro das cidades ou das metrópoles, mas, sobretudo, pelas suas diferenças sociais e, por conseguinte, simbólicas, pois morar em periferia já informava a distinção social que esses indivíduos tinham dos moradores do centro.

Esse modelo de desenvolvimento econômico, de conseqüências contraditórias, como se pôde observar acima, chegou ao seu esgotamento já no final dos anos 70, com repercussões relevantes para década seguinte. Como ele se viabilizou por meio de investimento interno (estatal e privado nacional), por um lado, e por investimento privado estrangeiro, por outro

lado, uma das conseqüências foi o aumento do endividamento externo, principalmente decorrente do aumento do preço internacional do petróleo ocorridos em 1973 e 1979 e do aumento da taxa de juros norte-americana ocorrido no começo dos anos 80. Esses fatores fizeram com que a dívida externa brasileira se ampliasse de tal maneira que se tornou um dos principais problemas da sociedade brasileira naquela década (CARNEIRO & MODIANO, 1990).

Além disso, essa década apresentou como um dos grandes problemas econômicos, com conseqüências sociais importantes, o aumento generalizado dos preços internos da economia, chegando ao final da década com um processo caracterizado por hiper-inflação, quando altas taxas de inflação existentes passam a ser elas mesmas geradoras de inflação (BRESSER-PEREIRA, 2010). Numa trajetória social em que as desigualdades de renda já eram muito grandes, com o agravamento do processo inflacionário as condições de vida tendiam a piorar, pois acarretava custos ainda maiores, principalmente para a população de baixa renda. Portanto, resolver o problema da inflação e da dívida externa do país passou a ser a principal preocupação da sociedade e dos formuladores da política pública. Mas a solução desses problemas foi acompanhada de mudanças importantes na estrutura econômica da sociedade brasileira, com conseqüências adversas, como poderemos verificar adiante.

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS

A persistência na tentativa de combate às altas taxas de inflação, que já eram realizadas desde os anos 80 com sucessivos sucessos e insucessos verificados naquele período<sup>1</sup>, continuou na década de 90, dado o processo hiper-inflacionário que corroia o poder compra da população. A solução definitiva para esse problema – que além de se caracterizar como hiper-inflação apresentava também características inerciais – ocorreu em meados da década – em 1994 – quando da implantação do Plano Real.

Com a implantação do Plano Real se aprofundaram ainda mais as mudanças nas orientações de redução de intervenção do Estado na economia que já estavam sendo realizadas desde o começo da década de 90. De fato, foi nesse período que o país passou a adotar políticas mais liberalizantes tanto em relação ao comércio internacional – diminuição ou

mesmo encerramento de barreiras alfandegárias – como financeira, pois entre 1990 e 1992 foi realizada a abertura comercial e financeira do país, o que tornou menos competitiva a indústria nacional, por decorrência da entrada de produtos internacionais com preço mais reduzido e de melhor nível tecnológico.

Essas mudanças na política macroeconômica, que pegaram de surpresa vários segmentos industriais, trouxeram conseqüências graves tanto para a estrutura econômica do país, como para o emprego. As empresas que não encerraram suas atividades tiveram que se adaptar à nova realidade da dinâmica econômica do país, reestruturando seu processo produtivo a fim de aumentar seu poder de competição no mercado interno. O processo de reestruturação produtivo apresentou, em muitos casos, mudanças no mundo do trabalho e, por conseguinte, levou ao aumento do desemprego no país.

Até esse período a estrutura produtiva das indústrias era baseada no método fordista de produção, apesar de os países de economia central já terem iniciado há mais de uma década alterações nos processos técnicos, tornando a produção mais flexível (LIPIETZ, 1989). Essas mudanças também foram introduzidas na indústria brasileira, que novamente significaram a incorporação de tecnologias de países mais avançados, apesar de esse método de produção não se disseminar por todo o setor produtivo nos países da periferia, uma vez que o fordismo ainda continuou existindo ao lado das novas técnicas de produção. Ou seja, nas economias periféricas do planeta, como é o caso da brasileira, passou-se a utilizar métodos mais flexíveis de produção incorporados dos países centrais, convivendo com o método fordista, sobretudo para empresas ou segmentos da produção que requeriam mão-de-obra pouco qualificada.

Como a maior parte das atividades industriais se localizava nos principais centros urbanos, por decorrência de sua concentração baseada no modelo de substituição de importação, a crise social desse período era eminentemente uma crise urbana e, por conseguinte, metropolitana. Além do desemprego, decorrente de efeito direto da reestruturação que as empresas industriais realizavam, também tornou-se presente a partir desse período, o aumento da informalidade, o aparecimento da subcontratação, o que alterou de modo significativo as relações de trabalho que se tornaram mais precárias para parcela expressiva da população, quando o discurso da flexibilidade passou a orientar a contratação de mão-de-obra e, ao mesmo

tempo, mudanças na legislação trabalhista e previdenciária (CARDOSO, 2000).

A partir do Plano Real foram intensificadas ainda mais essas medidas liberalizantes na economia brasileira, sobretudo porque ele foi baseado numa política ortodoxa, num primeiro momento por meio de câmbio fixo apreciado<sup>2</sup>, altas taxas de juros e política fiscal contracionista, e num segundo momento em câmbio flutuante, metas de inflação e altas taxas de juros, a partir de 1999. Com exceção de alguns segmentos industriais – como foi o automobilístico que conseguiu se recuperar a partir de 1995 –, a competitividade da indústria nacional foi fortemente comprometida (CARDOSO, 2000). É nesse contexto que o desemprego passa a ser uma das principais preocupações da sociedade brasileira, ao lado do aumento da violência urbana, principalmente para as pessoas que moram nas principais metrópoles do país.

As transformações da estrutura econômica podem também ser apreendidas como sendo decorrente dos processos relacionados à globalização da economia, onde os mercados tornaram-se cada vez mais internacionalizados, adotando práticas cada vez liberais, e as relações econômicas e sociais passaram a ser influenciadas por esses processos, sendo caracterizadas principalmente por processos relativos à flexibilização e à desregulamentação, que passaram a ser, cada vez mais, a norma da nova estrutura (CARDOSO, 2000).

Nesse novo contexto de globalização, a estrutura econômica do país passa a ter uma nova configuração. A participação da indústria se reduziu na medida em que houve aumento do setor de serviços, inclusive decorrente do aumento da informalidade e de processos de terceirização que fizeram mais presentes na economia. As tecnologias da informação e comunicação passaram a ser adotadas cada vez mais na atividade econômica, inclusive no setor de serviços. Novas profissões surgiram, por decorrência das mudanças tecnológicas incorporadas na economia nesse período, ao mesmo tempo em que várias ocupações desapareceram. Esse foi um período de grandes mudanças na estrutura econômica e do mercado de trabalho no país.

Embora a década seguinte passe a aprofundar ainda mais essas transformações estruturais ocorridas na década de 90, com a manutenção das políticas macroeconômicas ortodoxas<sup>3</sup>, há algumas mudanças em relação a esse período, principalmente a partir de 2005, quando se começa a

verificar redução das desigualdades de renda na sociedade brasileira, decorrente de políticas de transferência de renda, aumento do salário mínimo superior à inflação e aumento do emprego formal, com conseqüente redução da taxa de desemprego. Ou seja, a estrutura econômica inaugurada a partir do começo da década 90 mantém-se até os dias atuais, apesar de algumas alterações importantes ocorridas na sociedade brasileira e também na economia mundial.

Um das conseqüências das transformações econômicas decorrente dessa nova estrutura econômica, apesar de controversa, diz respeito ao aumento das camadas superiores e inferiores da sociedade, com conseqüente redução das camadas médias, o que tornaria a estrutura social à imagem de uma ampulheta, como o que se verificou nas sociedades de economia mais avançadas. Uma questão que se coloca a partir dessa constatação é se nas experiências dos países da América Latina, em especial o Brasil, a estrutura social pode ser concebida segundo essa imagem apresentada, ou se ainda estaríamos sendo caracterizados por uma estrutura social mais complexa, em que as camadas médias ainda cumprem importante papel na estrutura social (RIBEIRO, 2000). Que conseqüências essas mudanças estruturais apresentam para a organização territorial das nossas metrópoles? Estaríamos passando de uma estruturação urbana em que o modelo centro-periferia deixa de ser explicativo do território metropolitano para um modelo mais fragmentado na estruturação urbana de nossas metrópoles? Como se dão os impactos das mudanças estruturais, decorrentes da globalização, sobre a organização social do território metropolitano em sociedades que experimentaram um modelo de desenvolvimento econômico subordinado às econômicas centrais no passado e, por isso, seu território apresentavam como característica o modelo centro-periferia?

É diante desse contexto que a pesquisa do Observatório das Metrópoles procura analisar as mudanças na organização social do território das metrópoles. Mas para isso, como o território é compreendido a partir da estrutura social, é importante apresentar a concepção de estrutura social que será utilizada para análise da organização espacial das metrópoles, uma vez que esse conceito é tema de divergência entre perspectivas teóricas diferentes.

---

1 O Plano Cruzado, de 1986, foi um dos primeiros planos de estabilização econômica que obteve sucesso. Porém, por ter sido baseado numa política heterodoxa de congelamento de preços e permanecido por muito tempo, depois de meses não conseguiu assegurar mais o aumento dos preços internos da economia brasileira.

2 No início do Plano Real o câmbio utilizado era fixo, mas no final de 1994 o governo passou a adotar o regime de bandas cambiais, que definia o piso e o teto em que o câmbio poderia flutuar, considerado como regime de câmbio semi-fixo.

3 A partir meados da década o governo passa a reduzir a taxa de juros e ocorre aumento dos gastos governamentais, o que indicaria mudanças macroeconômicas numa perspectiva mais heterodoxa, mas o governo ainda continua se orientando numa política de metas inflacionárias e câmbio flutuante.

### 3. Estrutura social

**T**odos entendem quando falamos de estrutura social. Afinal, para muitos, a estrutura social de uma sociedade deve ser mudada. Para outros, há preferência pela manutenção da estrutura social. Independente do interesse individual ou coletivo, o que percebemos é que é uma terminologia que faz parte do vocabulário popular, sem que tenhamos de realizar definições precisas para podermos estabelecer comunicação uns com os outros. Mas será que realmente nos entendemos quando falamos em estrutura social?

A dificuldade começa aparecer quando realizamos uma simples pergunta, o que é estrutura social? Embora haja compreensão do que seja estrutura social, na tentativa de responder à essa questão, percebemos que se trata de um conceito de difícil definição. A dificuldade só aumenta quando tentamos enunciar a concepção de estrutura social a partir de exemplos práticos, tirados da vida cotidiana. De fato, apesar do conceito de estrutura social nos ajudar a compreender a organização de uma sociedade, não se trata, o que é evidente, de algo que se possa apreender em todas as suas dimensões na realidade empírica, diferente de outros conceitos que possuem relações muito mais diretas com a realidade, como os conceitos de família, casamento, trabalho etc.

Isso não significa que o conceito de estrutura social deixe de possuir importância. Como foi dito, é através dessa noção que tentamos compreender como se dá a organização de uma sociedade ou, em outras palavras, como ela está estruturada. Então, voltemos à questão: o que é estrutura social?

Tradicionalmente, as análises mais exploradas nas ciências sociais para o entendimento de estrutura social são a marxista e a weberiana, por apresentarem concepções teóricas mais consistentes a respeito das classes sociais, apesar de se tratar de um conceito de difícil precisão. Portanto, para a realização de análises sobre a estrutura social, que toma por referência

classes sociais, torna-se importante considerar essas contribuições teóricas para que se possa avançar nesse entendimento.

Uma importante contribuição para o entendimento da estrutura social na perspectiva marxista é o texto de Rodolfo Stavanhangen (1977), intitulado *Estratificação social e estrutura de classes*. Para este autor, “o conceito de classe social só tem valor como parte duma teoria das classes sociais”. Ao tentar contrastar essa concepção com outras que utilizam apenas critérios de estratificação, desassociadas de uma teoria de classes, o autor mostra o que fundamenta a teoria de classes por ele considerada.

Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção, por outro, dão a cada estrutura sócio-econômica, a cada etapa histórica, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria. O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com outros grupos da mesma índole. Esses grupos são as classes e essas relações são relações de classe. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade e à explicação sociológica e histórica. (Stavanhangen, 1977: 151)

Nessa perspectiva teórica, fica evidenciado que a determinação de estrutura social só se realiza quando se considera as relações de classes decorrentes do processo de produção. Portanto, é a partir da compreensão do modo de produção dominante<sup>4</sup> de uma sociedade que se pode compreender sua estrutura social. Como as relações sociais com os meios de produção são antagônicas, por haver interesses divergentes que se colocam em confronto no processo de produção, é a partir desses antagonismos que se pode apreender as classes sociais em um sociedade, ou para usar o jargão marxista, em uma formação social determinada.

Nesta mesma linha de raciocínio, Nicos Poulantzas (1978) procura apresentar a definição de classe social para a teoria marxista. Segundo ele,

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica. De fato, não seria preciso concluir sobre o papel principal do lugar econômico sendo este suficiente para a determinação das classes sociais. Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político e o

ideológico, enfim a superestrutura , desempenham igualmente um papel muito importante. De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam somente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos. (Poulantzas, 1978: 1-2) [Grifo conforme original].

Desse modo, a determinação das classes sociais a partir do processo de produção numa formação social determinada coloca-se, nessa perspectiva teórica, como o caminho adequado para a compreensão de sua estrutura social, que não se limita a sua dimensão econômica, mesmo que seja determinante, mas incorpora ao mesmo tempo as dimensões políticas e ideológicas, dando completude à estrutura social. Daí decorre a dificuldade de apreensão empírica da estrutura social.

Embora R. Stavanhangen (1977) faça um esforço para relacionar a estratificação social com a teoria marxista de classes, ao considerar que aquela pertence à superestrutura e as relações entre as classes são determinadas pelas relações de produção da sociedade, ele mesmo reconhece a dificuldade em determinação da quantidade de classes e de sua identificação empírica. Mas também observa que, nessa perspectiva teórica, as relações de classe não são apenas econômicas, já que decorrem das relações de produção, mas também possuem sua dimensão filosófica e histórica. E, neste sentido, é preciso considerar aquelas relações de classe que são dominantes em determinada sociedade historicamente situada.

Decorre de Erik O. Wright, principalmente, o esforço para construir um esquema de classe que possa ser apreendido empiricamente a partir da perspectiva teórica marxista. Embora reconheça que há diferença entre classe e ocupação e, por conseguinte, diferença entre relações técnicas de produção e relações sociais de produção, utiliza-se de alguns princípios marxistas para operacionalizar a variável ocupação a fim de construir seu esquema de classe.

In developing the first version of his scheme, he argued that the social relations of production can be broken down into three interdependent dimensions: (a) social relations of control over money capital, (b) social relations of control over physical capital, and (c) social relations of authority – that is, control over supervision and discipline within the labour process<sup>5</sup>. (Crompton, 1993: 71).

A partir desses princípios Wright definiu seu esquema de classe constituída por seis categorias: burguesia, pequenos empregadores, pequena

burguesia, gerentes e supervisores, assalariados semi-autônomos e proletários. Mais tarde, ao avançar na discussão sobre exploração, ao invés de dominação – que caracterizou esse primeiro esquema –, construiu um novo esquema de classe com doze categorias<sup>6</sup>. Esse novo esquema de classe tem sido considerado por muitos críticos como um esquema que se relaciona com a perspectiva weberiana de classe, o que não é bem recebido por Wright.

Isso demonstra que, apesar de poderosa a perspectiva marxista para construir um arcabouço teórico que possibilite a compreensão da sociedade, há muita dificuldade de operacionalização dessa teoria para realização de abordagens empíricas da realidade social.

Outra contribuição importante para compreensão da estrutura social é oferecida por Max Weber, que apresenta uma perspectiva teórica diferente da abordagem marxista, apesar de considerar também a dimensão econômica na sua definição do conceito de classe. Para perceber a complexidade dessa questão, achamos interessante lançar mão de uma passagem importante do sociólogo inglês T. H. Marshall, que apresenta sua concepção de estrutura social a partir da perspectiva weberiana.

A Classe constitui a terceira categoria de estratificação<sup>7</sup>, e sua base é econômica. O conceito tem sido amplamente empregado, especialmente por Karl Marx, e com várias nuances de significado. Não é, na verdade, e nunca pode ser um termo muito preciso, mas é indispensável. ‘Classes’, diz Max Weber numa de suas obras, ‘são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição no sistema econômico’. A combinação dos termos ‘posição’ e ‘interesses’ subentende que as posições devem ser consideradas como as mesmas se a vida daquelas que as ocupam é condicionada pelas mesmas forças e influenciada, de modo semelhante, pelas mesmas circunstâncias – se tais pessoas têm, na fraseologia de Weber, as mesmas oportunidades de vida no sistema econômico. Um sistema de classes é uma estrutura social na qual este princípio rege a estratificação. E é bastante para nossos objetivos reconhecer que a sociedade capitalista é um exemplo de tal estrutura. Que certas posições numa sociedade capitalista possuem um caráter hierárquico, é óbvio. Há uma hierarquia de poder na empresa desde a gerência até o trabalhador assalariado, e a hierarquia de grupos correspondentes na sociedade em geral na qual o poder traz consigo a riqueza e a riqueza compra poder. Mas, embora o traçado da estrutura esteja claro, os detalhes não estão. E, embora possamos estar certos de que as posições econômicas avaliam a si mesmas em termos de riqueza, poder e oportunidades em algo que parece um sistema de camadas ou estratos sobrepostos, achamos difícil afirmar com exatidão quais são essas camadas e quem pertence a elas. Neste caso, também, o quadro está

incompleto, e para preenchê-lo talvez tenhamos de lançar mão de algum princípio que não seja o teste objetivo da posição no sistema econômico. (Marshall, 1967:149-150)

Nessa passagem, T. H. Marshall considera a estrutura social como uma estratificação baseada em classe e concebe a classe a partir da perspectiva teórica de Max Weber, em que posição e interesse no sistema econômico são os elementos centrais para sua definição e, por conseguinte, a diferenciação entre as diversas classes possíveis. Do exposto, podemos perceber que essa perspectiva adota uma compreensão de estrutura social segundo a dimensão econômica, o que possibilita com maior facilidade considerar a estratificação social baseado num esquema de classes. No entanto, apenas o aspecto econômico não é suficiente para localizar as pessoas na estrutura social. Daí a necessidade de utilizar outro princípio que seja mais condizente – o *status* social.

O *status* social está também relacionado à estratificação social, porque se refere a uma posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social, que significa pertencer a um estrato social.

Na sociedade ocidental contemporânea, o *status* social se relaciona com o padrão amplo de estratificação, o que quer dizer com a estrutura de classe no sentido técnico descrito acima. Os elementos dominantes na estrutura de classes são: renda, ocupação (ou função) e poder, entendendo-se que “poder” inclui não apenas o domínio sobre a vida de outras pessoas, mas também o domínio sobre a própria vida, isto é, independência. Mas o *status* social não está rigidamente associado à estrutura de classes. Anomalias frequentes ocorrem, e há espaço para muita diferenciação de *status* social em cada estrato econômico amplo. O *status* social possui uma medida de autonomia, e esta constitui a razão pela qual é, em nossos dias, um assunto que desperta um interesse intenso, tanto da parte dos cientistas sociais quanto da do público em geral.

Essa autonomia deriva do fato de que o *status* social é em essência, um conceito cultural, de modo que um grupo de *status* social pode ser considerado como um subgrupo cultural nacional total. Os três fatores mais importantes que contribuem para a formação de grupos de *status* social são a influência da família, a educação formal e a qualidade cultural de uma ocupação considerada como um modo de vida. (Marshall, 1967: 168) [Grifo conforme original]

Cada vez mais, se pode perceber, segundo essa linha de raciocínio que o *status* social possui um caráter predominante para localização dos indivíduos na estrutura social, embora possua certa autonomia em relação a essa estrutura. Por isso, mesmo que a posição social a qual os indivíduos

ocupam na estrutura social decorra de sua posição no que se refere aos aspectos econômicos definidos por essa perspectiva teórica, o que se procura evidenciar é a estratificação que esses aspectos econômicos apresentam em termos de *status* social. Por isso, tornou-se tradição na sociologia elaborar esquemas de classe a partir da ocupação dos indivíduos, como forma de localizar a posição que eles ocupam na estrutura social, o que possibilita, de modo mais consistente, a realização de análises empíricas.

John Goldthorpe oferece um esquema de classe construída a partir da concepção weberiana de classe. Ele considera que o conceito chave para definição de classe está relacionado a uma situação de mercado e de trabalho. Também considera que as classes sociais, construídas segundo as ocupações, diferenciam-se segundo o *status*. Assim, ele chega a um esquema de classe constituído por sete categorias, que podem ser agregados como serviços, intermediários e trabalho<sup>8</sup>. Seu esquema de classe tem sido muito utilizado por pesquisadores em todo o mundo, inclusive tem servido como referência para comparações internacionais nos estudos de estratificação social.

No intuito de compreender as práticas dos agentes sociais, Pierre Bourdieu apresenta uma contribuição importante nesse debate sobre estrutura social, na medida em que procura também configurar e definir o conceito de classe social. Sua contribuição procura alinhar as duas perspectivas teóricas enunciadas anteriormente – a marxista e a weberiana –, com a vantagem de ir além daquilo que marca a divergência entre essas perspectivas.

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. (Bourdieu, 2008: 101)

Podemos observar que nessa definição está presente tanto a contribuição marxista, quando considera a posição nas relações de produção, quanto a

contribuição weberiana de classe, quando incorpora outras dimensões capazes de situar a posição social dos indivíduos na sociedade. O que se vê é que nessa definição, além da inserção de outras propriedades inerentes à classe social, mas que foge da dimensão econômica, é conceituada pela estrutura das relações de todas as propriedades, sejam elas econômicas – a posição na relação de produção, ou não, como sexo, etnia etc. Todavia, considera que há propriedades que são mais importantes que outras na definição de classe.

É evidente que nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros e que a estrutura do sistema que eles constituem é determinada por aqueles que têm o peso fundamental mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores – idade, sexo, residência, etc. – impõem às práticas. (Bourdieu, 2008: 101-102)

Sem ignorar as propriedades secundárias, esse autor constrói um espaço com três dimensões – espaço social –, em que se compreende o volume do capital, a estrutura do capital e a evolução no tempo do volume e da estrutura do capital. O espaço social é concebido pelas posições antagônicas referente ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital por outro. É em relação ao volume de capital que se identifica as oposições de classe social e em relação à estrutura do capital que se verifica as oposições das frações de classe.

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos. (...)

As diferenças, cuja referência é o volume global do capital, dissimulam quase sempre, tanto no conhecimento comum quanto no conhecimento “erudito”, as diferenças secundárias que, no interior de cada uma das classes definidas pelo volume global de seu capital, separam frações de classe, definidas por *estruturas patrimoniais* diferentes, ou seja, por formas diferentes da distribuição de seu capital global entre as espécies de capital. (Bourdieu, 2008: 107-108) [Grifo conforme original]

Interessa salientar que compreender a relação entre as classes sob essa perspectiva tem a vantagem de considerar não apenas a dimensão econômica em sua definição, mas também outras espécies de capital, como

o cultural ou mesmo social. Neste sentido, se consegue relacionar com boa eficácia a relação entre a posição de classe (ou fração de classe) e as práticas dos agentes sociais, uma vez que essas práticas decorrem da forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe”, tido como princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, do *habitus*. Significa, segundo Bourdieu,

Construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios. (Bourdieu, 2008: 97) [Grifo conforme original]

Essa característica comum da classe construída explica a existência estilos de vida comum no interior da classe (ou da fração de classe), ao mesmo tempo em que diferenciam das demais classes, são, portanto, estilos de vida *distintos* e *distintivos*. Isso possibilita delinear a estrutura do espaço simbólico referente ao conjunto das práticas estruturadas.

Esses estilos de vida *distintos* e *distintivos* o são porque configuram-se, ao mesmo tempo, como dotados de *status* social, decorrente da posição hierárquica que ocupa no espaço social (tanto a hierarquia referente ao volume do capital, quanto aquela decorrente da estrutura do capital). Não é por acaso que há luta para reprodução da condição existente (quando ela é privilegiada) ou para ascensão social. E nessa luta aparecem os esforços para revalorização da posição, na medida em que se garante sua exclusividade ou seu acesso restrito, o que possibilita a manutenção do status social, quando se consegue êxito nesse processo, ou redução do *status* social, quando o acesso é expandido para agentes sociais oriundos de classes (ou frações de classe) inferiores.

Fica evidenciado que a utilização do conceito de espaço social envolve tanto da dimensão de estrutura social considerada pela teoria marxista quanto a dimensão de estrutura social vista pela abordagem weberiana, na medida em que todas consideram que essa estruturação se dá partir das classes sociais, que incorpora as relações de produção (marxismo) e, ao mesmo tempo, o *status* social (weberianismo). Além disso, o uso dessa

compreensão de espaço social possibilita a operacionalização do conceito de classe (e de fração de classe) para realização de análises empíricas, tendo em vista que a classe objetiva, como foi apresentada, é também uma classe construída.

---

4 Dizemos modo de produção dominante porque na perspectiva marxista em cada formação social específica há um determinado modo de produção que é hegemônico, que caracteriza as principais relações sociais antagônicas, ao passo que pode ainda haver a existência de modo de produção anterior, mas em decadência, e, ao mesmo tempo, o surgimento de um novo modo de produção, dado o dinamismo da sociedade.

5 No desenvolvimento da primeira versão de seu esquema, ele argumentou/comentou que as relações sociais de produção pode ser dividida em três dimensões interdependentes: (a) as relações sociais de controle sobre o capital monetário, (b) as relações sociais de controle sobre o capital físico, e (c) as relações sociais de poder – ou seja, controle sobre a fiscalização e disciplina no processo de trabalho. [Tradução livre].

6 As doze categorias que compõem a segunda versão do esquema de classe de Wright são:

7 As outras duas categorias discutida pelo autor são: casta e estado.

8 Seu esquema de classe compreende as seguintes categorias:

	I	Higher-grade professionals, administrators and officials; managers in large industrial establishments; large proprietors.
Service	II	Lower-grade professionals, administrators and officials; higher-grade technicians; managers in small business and industrial establishments; supervisors of non-manual employees.
	III	Routine nonmanual - largely clerical - employees in administration and commerce; rank-and-file employees in services.
Intermediate	IV	Small proprietors and self-employed artisans.
	V	Lower-grade technicians, supervisors of manual workers.
	VI	Skilled manual workers.
Working	VII	Semi-skilled and unskilled manual workers.

## 4. Estrutura social, território e distância social

Compreender a estrutura social a partir da concepção de espaço social tem a vantagem de analisá-la segundo princípios de diferenciação que corresponde à própria noção de espaço, “conjunto de posições distintas e coexistentes, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre*” (BOURDIEU, 1996: 18-19) [Grifo conforme original].

Essa perspectiva teórico-analítica adota uma postura relacional na compreensão dos agentes ou grupos sociais em decorrência da posição que ocupam no espaço social. Neste sentido, o entendimento das classes sociais (ou das frações de classe) só é possível por meio da análise da posição que elas ocupam no espaço social umas em relação às outras. Esse modo analítico de operar possibilita perceber os traços comuns existentes entre agentes ou classes sociais que ocupam posições de proximidade, ao mesmo tempo em que apresentam aspectos diferentes entre agentes ou classes sociais distantes no espaço social.

Isso porque a posição social ocupada pelos agentes no espaço social apresenta homologia com as disposições que lhes estão incorporadas (*habitus*), o que, por sua vez, reflete em tomadas de posição ou escolhas que realizam (BOURDIEU, 1996). E essas escolhas e mesmo as disposições são tão mais semelhantes quanto mais próximas os agentes estiverem no espaço social; da mesma forma, essas escolhas e disposições são mais diferentes quanto mais distantes os agentes estiverem no espaço social.

Todavia, a relação entre os agentes ou entre as classes sociais não se encerra apenas no espaço social. Isso porque o espaço social também se inscreve no espaço físico, o que nos permite compreender o território como sua expressão ou da relação entre os diferentes agentes e classes sociais que estabelecem proximidades ou distanciamentos uns em relação aos outros no espaço geográfico por decorrência da proximidade ou distância existente no

espaço social. Esse é o ponto de partida para a interpretação da organização social do território metropolitano.

Essa concepção dos processos de organização social do espaço implica em avaliar as distâncias sociais manifestadas no território entre os grupos sociais que ocupam posições distintas na estrutura social, as desigualdades de condições de vida e oportunidades que decorrem dessa organização e, finalmente, como as distâncias/proximidades implicam em padrões de interação e de sociabilidade.

O sentido de distância social aí utilizado decorre, portanto, da concepção geométrica do espaço social como estruturado por relações de posições de dominação (e não características substantivas dos ocupantes dessas posições) entre grupos sociais (BOURDIEU, 1997: 160). Nessa variante, o território é concebido como espaço social objetivado, expressando posições ocupadas pelos agentes sociais em função do montante (total) e tipo (econômico, social, político e/ou simbólico) de capital, devido à capacidade diferenciada de apropriação dos recursos nele constituídos.

Porém, podemos também considerar outros dois sentidos de distância social que nos possibilita ampliar o nosso leque analítico, apesar de eles já estarem incorporados na perspectiva de Bourdieu. O primeiro está presente na obra de E. Bogardus (1925), para quem a distância social denotaria a intensidade das restrições à interação social. O segundo sentido advém de Sorokin (1927), em que o termo expressaria os diferenciais sócio-econômicos entre os grupos, especialmente em termos de renda e educação, já que vários dos fatores condicionantes da movimentação das famílias no espaço urbano e metropolitano estão relacionados ao lugar que cada uma ocupa na hierarquia social.

Para avançarmos na nossa análise da organização social do território metropolitano, torna-se importante relacionar a concepção de distância social como vista acima com conceitos que nos permite realizar a análise do território urbano (ou do espaço físico), como os conceitos de diferenciação, segmentação e segregação.

## DIFERENCIAÇÃO, SEGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO

A diferenciação socioespacial decorre da crescente especialização de tarefas resultantes do aumento da divisão social do trabalho. Ela gera

diferenças de atributos, de recursos, de poder e de *status* que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território.

Da perspectiva do conceito *durkheimiano* de solidariedade, responsável pela coesão entre os membros da sociedade, tal coesão não é diminuída pela diferenciação social, pelo contrário, leva a uma maior interdependência, aumentando a unidade. Diante disto, a espacialização da diferenciação social não implica necessariamente segregação, podendo mesmo ser uma forma de integração societária, na medida em que a separação espacial dos grupos sociais estiver associada à existência de vínculos sistemáticos entre estas diferentes áreas sócio-territoriais. De fato, na terminologia da ecologia humana, a segregação é a condição do processo de assimilação e integração dos grupos sociais à sociedade. Pelos processos de competição, a população é segregada segundo as “áreas naturais”, entendidas como uma unidade da estrutura física da cidade, porém caracterizada não só pelos aspectos físico-demográficos, como também pelas atitudes e sentimentos característicos de seus habitantes, de uma área arbitrariamente modelada para fins de conveniência administrativa.

Note-se que a diferenciação social e sua espacialização não implicam necessariamente em segregação, pois estes processos são considerados expressão dos conflitos responsáveis pela integração societária dos grupos antagonicos. Esta interpretação pode ser considerada mesmo de uma perspectiva radicalmente distinta como a marxista.

A divisão social da cidade pode, contudo, expressar não apenas a espacialização da diferenciação social, mas também da segmentação da sociedade. Esta ocorre quando existem barreiras que impedem a mobilidade social dos indivíduos entre as diversas categorias sociais. Neste caso, a segmentação social implicará na existência da segmentação espacial quando estas barreiras bloquearem a mobilidade territorial.

A divisão social da cidade, que constitui a segmentação da sociedade, pode ser entendida como segregação residencial quando esta segmentação estiver fundada em uma crença coletivamente compartilhada sobre a necessidade da manutenção – ou mesmo aumento – das barreiras materiais ou simbólicas que bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias sociais e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais.

Em sociedades em que a separação social e física entre as categorias que a compõem constitui-se no próprio fundamento da ordem social – por exemplo, sociedades de castas – o termo segregação deixa de ter pertinência teórico-conceitual. Já nas sociedades capitalistas, onde o mercado é o mecanismo central da ordem social e os valores igualitários são a base da cultura compartilhada pelos seus integrantes, o termo segregação é pertinente como instrumento capaz de enunciar problemas da ordem social. Neste caso, a segregação residencial tem sentido para designar certas formas de segmentação socioespacial fundadas no controle institucional de recursos que desfrutam certas categorias para a manutenção ou ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, na imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada que as pessoas são naturalmente iguais.

O termo segregação residencial é, portanto, uma categoria de análise que contém sempre duas dimensões: (i) conceitual, relacionada com os princípios teóricos adotados para explicar a organização sócio-territorial; (ii) prática, relacionada com as concepções normativas da sociedade fundadas em princípios de igualdade.

No entanto, além dos conceitos de diferenciação, segmentação e segregação, no momento da interpretação da nossa análise da organização social do território metropolitano, torna-se importante considerar também mais dois outros conceitos: exclusão e integração sociais.

## EXCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAIS

No que concerne aos termos exclusão e integração, a base das análises é o conceito de *modos de integração econômica* formulado por Polanyi (2000) e utilizado por Harvey (1973), em seu pioneiro estudo sobre a cidade e a justiça social, e contemporaneamente por Mingione (1991).

Partimos da identificação das três esferas de relações sociais que determinam os recursos acessíveis no plano do bairro e do domicílio. Esses recursos são essenciais nos processos de integração e exclusão, na medida em que são necessários para a plena participação na sociedade. Eles se apresentam sob a forma de três distintos modos de interação (ou esferas de relações sociais): as trocas mercantis, a redistribuição institucional e a reciprocidade interpessoal, os quais, pelo menos nas sociedades modernas,

se interpenetram formando combinações características no tempo e no espaço, que Mingione (1991) denomina “*social mixes*”.

É a posição dos grupos sociais em relação a esses mecanismos e as formas como estes estão presentes nos planos domiciliares e do bairro que condiciona as relações destes grupos de integração ou de exclusão com o conjunto da sociedade. A análise da existência desses modos de integração, suas articulações e as condições que regulam a mobilidade entre eles, permite avaliar o quanto estamos diante ou não de dinâmicas de coesão ou fragmentação sócio-territorial de uma dada metrópole.

Na maioria das metrópoles contemporâneas dos países desenvolvidos, podemos admitir que o *mercado* seja a esfera dominante de acesso aos recursos. Entretanto, essa esfera convive com a *redistribuição* realizada pelos regimes de bem-estar social que se implantaram nestes países. As metrópoles brasileiras são, basicamente, produtos da predominância das esferas do *mercado* e da *reciprocidade*, na ausência de um sistema estatal de bem-estar social completamente estabelecido.

Esse é um fato de alta relevância, uma vez que o desenvolvimento de um capitalismo industrial e urbano altamente concentrador de renda, riqueza e poder característico do processo de acumulação no Brasil, tem sido, em parte, viabilizado pela vigorosa esfera da *reciprocidade* que tem suas bases na formação de bairros operários e populares, que se constituíram em verdadeiros *hinterlands* supridores de bens e serviços que atendem às necessidades (individuais e coletivas) de reprodução deixadas de fora da forma salário.

Segundo Harvey (1973), as diferentes coalizões de forças que atuam na cidade geram uma organização espacial em que cada território contém um grupo provido de valores, funções de utilidades e comportamentos relativamente homogêneos, que tem estreita relação com a organização social da cidade (p.53). Quando a habilidade em realizar qualquer coisa depende do poder econômico e político dos grupos em questão, provavelmente nos encontraremos em um mercado de moradias e um sistema de preços que tende a garantir benefícios externos aos ricos e a impor custos externos ao pobre e politicamente desprotegido (p. 54-55).

É de supor que os novos fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação espaciais, relacionados ao quadro de crise das relações de integração com o mercado de trabalho e ao avanço da modernização

cultural, com o conseqüente incentivo ao *ethos* individualista, interferem significativamente sobre as bases institucionais da manutenção dessa esfera de integração. Dessa forma, altera o “*social mix*” brasileiro e produz processos de exclusão, cuja manifestação mais visível é a constituição de territórios de grupos *desafiliados* (Castel, 1995) da sociedade e vulnerabilizados quanto às possibilidades de recriar dinâmicas individuais e coletivas de integração.

Essa situação se dramatiza, considerada a reversão, ao menos nos 15 últimos anos, de processos virtuosos de mudança, como é o caso das tendências à universalização de alguns setores da política social, notadamente da saúde e da educação, que promovem através do Estado o acesso a certos recursos até então controlados exclusivamente pelos mais ricos e poderosos. Essa promessa de *democratização de oportunidades* hoje esbarra nas limitações de apropriação real dos grupos sociais em razão dos efeitos anômicos da desestruturação em curso no plano do domicílio e do bairro, que dificultam a reprodução dos laços de reciprocidade historicamente constituídos.

É com base nessa fundamentação teórica descrita acima e nos conceitos daí decorrentes que procuramos enquadrar a nossa metodologia de análise do espaço metropolitano, sobretudo no que concerne aos quadros de mudanças sociais e territoriais, que tem provocado processos intensos de diferenciação, segmentação e segregação. Por estes motivos e com o objetivo de poder avaliar os efeitos da globalização sobre a organização social do território, em especial, na identificação dos processos de segregação residencial, que propomos apresentar a tipologia do Observatório das Metrôpoles, como veremos nas seções seguintes.

Diante do exposto, a hipótese central do nosso trabalho e que orienta a nossa metodologia de análise da organização social do território metropolitano é que os processos socioespaciais em curso nas metrôpoles brasileiras têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estruturação social; dos mecanismos de produção/reprodução de desigualdades sobre as condições e padrões de interação e de sociabilidade entre os grupos e classes sociais.

## 5. Procedimentos metodológicos: estrutura, dinâmica e padrões

Nas experiências contemporâneas de análise social do território o nosso procedimento tipológico se inscreve na tradição francesa iniciada por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988; 1993 e 1994), do *Centre de Sociologie Urbaine CSU* no quadro da cooperação CNRS/CNPq<sup>9</sup>.

Numa primeira fase, em que consiste na classificação dos grupos ou classes sociais a serem utilizadas, a pesquisa adotou a concepção de Sorokin, que orientou a descrição das estruturas sócio-espaciais, sua dinâmica de organização e a respectiva avaliação, através de um sistema de categorias sócio-ocupacionais, criadas a partir dos códigos ocupacionais utilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nesse momento, portanto, foram mensuradas as distâncias sócio-econômicas entre os grupos em função da sua concentração e dispersão no território, na medida em que se utiliza a ocupação como variável, organizada em grupos dispostos em uma hierarquia fundada em dicotomias direção/execução, manual/não-manual, função superior/inferior.

De acordo com esses princípios teóricos orientadores e tendo em vista a formação social da sociedade brasileira, sobretudo, de suas áreas metropolitanas, elaboramos uma estratificação social em que considerou os seguintes critérios:

**1. Relação capital X trabalho:** ser proprietário ou não da atividade econômica é a principal característica que define a posição dos indivíduos no processo de produção. Neste caso, separam-se os indivíduos que são empregadores ou conta-própria, por um lado, dos indivíduos que são empregados, por outro. Porém, em relação ao primeiro bloco, é preciso fazer três distinções, que implicará também na construção da estratificação social. Primeiro, entre os proprietários da atividade econômica há aqueles que são empregadores, que possuem empregados, e aqueles que trabalham

por conta própria, os chamados autônomos, pois são aspectos importantes para compreender a posição dos indivíduos na estrutura social. Segundo, entre os empregadores há que diferenciar os grandes empregadores dos pequenos. Essa diferenciação é mais difícil de ser feita por não haver um critério consensual ou mesmo decorrente de alguma abordagem teórica. A distinção que fazemos, que não deixa de ser arbitrária, será pelo número de empregados. Terceiro, entre os chamados conta-própria, ou trabalhador autônomo, há diferenças quanto à profissionalização. Aqueles que exercem a ocupação de conta-própria decorrente de uma profissão alcançada possuem posição social diferente daqueles em que se identifica muito mais uma estratégia de sobrevivência não encontrada na atividade econômica formal; portanto, esse também é outro critério adotado para diferenciar os grupos ou classes sociais.

**2. Trabalho manual X trabalho não-manual:** exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não-manual, em que normalmente a esta última se exige algum nível de escolaridade, seja nível médio ou nível superior. Há ocupações não manuais que se exige o nível superior de instrução para o seu exercício, normalmente essas ocupações aproximam-se do conceito de profissão por serem ocupações em que há certa autonomia dos ocupantes pelas tarefas que devem ser realizadas, em função do domínio de um conhecimento prévio, além de barreiras à entrada, caracterizadas pela própria escolaridade. Mas também há ocupações não manuais cuja exigência é apenas o nível médio, normalmente essas ocupações caracterizam-se por serem atividades técnicas. Neste caso, há diferenças das ocupações não manuais em que essas exigências não são feitas.

Em relação ao trabalho manual também há diferenças importantes, embora elas decorram muito mais do setor de atividade econômica, que da exigência de escolaridade propriamente dita, para algumas ocupações há exigência de certo nível de qualificação (o que não é o mesmo que escolaridade). Neste caso, há os trabalhadores manuais das atividades produtivas. Desse conjunto há que separar os trabalhadores agrícolas dos trabalhadores industriais. Os trabalhadores industriais, por sua vez, podem ser separados entre aqueles que se ocupam nas indústrias tradicionais e aqueles que se encontram nas indústrias modernas, onde há maior exigência

de qualificação. Para os trabalhadores manuais do setor de serviços, é preciso considerar aquelas ocupações que exigem algum nível de qualificação daquelas em que seu exercício não depende de aprendizado prévio.

**3. Trabalho de comando X trabalho subordinado:** também há diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem. Mesmo entre as ocupações de comando há diferenças se a atividade é exercida em grandes empresas ou em pequenas em empresas. Como essa diferenciação não é possível de ser feita, utiliza-se a renda como *proxy* da posição de comando.

**4. Trabalho público X trabalho privado:** outro critério utilizado para diferenciar as ocupações é entre aquelas ocupações que se realizam no setor público e aquelas que se realizam no setor privado, tendo em vista que esse critério seja demarcador de posições sociais diferenciadas na sociedade brasileira.

Com base nesses critérios, utilizamos a categoria ocupação – ocupação principal do indivíduo – cruzando-a com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional) para definir a estratificação social composta por 24 (vinte e quatro) categorias sócio-ocupacionais, que podem ser agrupadas – a título de análise – em 8 (oito) grandes grupos sócio-ocupacionais, ou mesmo, segundo a classe social a que pertence, como pode ser visto no quadro 1 abaixo.

A pretensão é utilizar as bases de dados decorrentes das pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em que são apreendidas informações relativas ao trabalho e rendimento, tais como o censo demográfico e a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Porém, para análise que se faz no nível intrametropolitana, somente o censo demográfico possui dados representativos.

Na fase interpretativa da hierarquia social ou da estratificação sócio-ocupacional, consideramos a terceira perspectiva teórica apresentada anteriormente (Bourdieu), que além de incorporar as outras perspectivas – Bogardus (1925) e Sorokin (1927) –, como vimos, consiste em considerar o

território como espaço social objetivado, uma vez que este – o espaço social – se inscreve no espaço físico e, por isso, expressa a própria estrutura social.

O espaço social, por ser multidimensional, pode ser construído a partir de três dimensões fundamentais: volume de capital, estrutura de capital e evolução no tempo dessas propriedades. Mas é importante deixar claro que essa concepção de espaço social tem a preocupação de “recompôr as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionantes que elas impõem” (Bourdieu, 2008: 107<sup>10</sup>). Portanto, essas dimensões não podem ser consideradas de formas estanques ou estáticas, é preciso considerar as relações existentes entre elas e todas as propriedades que compõem os grupos sociais que aí se posicionam.

Quadro 1: Agregados e Categorias Sócio-Ocupacionais do Observatório Das Metrôpoles

<b>Agregados Sócio-Ocupacionais</b>	<b>Código</b>	<b>Categorias Sócio-Ocupacionais</b>
Dirigentes	CAT 21	Grandes Empregadores
	CAT 22	Dirigentes do Setor Público
	CAT 23	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de Nível Superior	CAT 41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	CAT 42	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	CAT 43	Profissionais Empregados de Nível Superior
	CAT 44	Professores de Nível Superior
Pequenos Empregadores	CAT 31	Pequenos Empregadores
Ocupações Médias	CAT 32	Artistas e similares
	CAT 51	Ocupações de Supervisão

	CAT 52	Ocupações de Escritório
	CAT 53	Ocupações Técnicas
	CAT 54	Ocupações da Saúde e Educação
	CAT 55	Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios
Trabalhadores do Terciário Especializado	CAT 61	Trabalhadores do Comércio
	CAT 62	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	CAT 71	Trabalhadores da Indústria Moderna
	CAT 72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	CAT 73	Trabalhadores dos Serviços Auxiliares
	CAT 74	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	CAT 63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	CAT 81	Ambulantes e Biscateiros
	CAT 82	Trabalhadores Domésticos
Trabalhadores Agrícolas	CAT 10	Agricultores

Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Por isso, ao considerar que a estrutura social, compreendida a partir da concepção de espaço social, que se expressa no espaço físico, podemos realizar a interpretação do território metropolitano sob esse ponto de vista, a fim de compreendermos os processos de organização social de diferenciação, segmentação e segregação. Isso nos permite, inclusive, indagar a respeito dos processos de exclusão e/ou integração, na medida em

que podemos analisar as distâncias sociais manifestadas no território. É esse sentido que procedemos quando elaboramos a tipologia socioespacial das áreas metropolitanas.

## TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL DAS ÁREAS METROPOLITANAS

Para elaboração da tipologia socioespacial são utilizados dois procedimentos: análise de correspondência e análise de *clusters*, que são técnicas correspondentes à análise multivariada. A análise de correspondência diz respeito a um tipo de análise fatorial normalmente aplicada a dados contínuos ou a dados discretos. Esse tipo de análise difere da análise por componente principal – que o procedimento mais comum – pelo fato de este ser aplicado a dados contínuos. A análise de cluster é complementar à análise de correspondência, na aplicação da tipologia socioespacial da Rede Observatório das Metrôpoles, por contribuir para definição dos agrupamentos territoriais formados, tendo em vista os critérios utilizados a partir da análise de correspondência. É importante assinalar que tanto a análise de correspondência quanto a análise de cluster são métodos de análise multivariada interdependentes, o que significa dizer que, a priori, não há relação entre as variáveis utilizadas.

Os dados utilizados para a análise de correspondência, que dão origem à Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, correspondem a uma matriz de contingência de dupla entrada, em que nas linhas aparecem as áreas territoriais da área metropolitana e nas colunas aparecem as categorias da estratificação sócio-ocupacional (*input*). De modo que em cada célula da matriz há o número de pessoas ocupadas de cada área territorial correspondente a cada categoria sócio-ocupacional.

As áreas territoriais correspondem à área de ponderação, definida pelo IBGE, que decorre da junção (reunião) de setores censitários de cada Censo Demográfico. O setor censitário, por sua vez, corresponde à menor unidade territorial utilizada nos censos demográficos, que compreende em torno de 400 domicílios. A junção dos setores censitários em área de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física.

A estratificação sócio-ocupacional é constituída por 24 (vinte e quatro) categorias, construídas a partir da ocupação dos indivíduos obtidas em cada

censo demográfico, mas que utiliza outras variáveis auxiliares como filtro para definição de cada categoria, como: renda, escolaridade, situação ocupacional e setor de atividade econômica, como já foi mencionado acima.

A análise de correspondência reduz as informações de um amplo conjunto de variáveis (categorias sócio-ocupacionais) em fatores (eixos ou dimensões), em que cada fator corresponde ao relacionamento existente entre as variáveis (*output*). É a partir da interpretação de cada fator que podemos compreender a estrutura de relacionamento das variáveis. Sempre o primeiro fator é o que apresenta a maior estrutura de relacionamento das variáveis, condizente com a maior parcela da variabilidade existente entre os fatores (medida pela variância), seguidos de forma decrescentes pelos outros fatores.

Para realizar a interpretação de cada fator, é preciso saber qual a contribuição de cada variável para definição do fator. A contribuição de cada variável é definida pela sua massa, que corresponde ao peso que possui na definição do fator. É da relação das variáveis que possuem as maiores contribuições em cada fator, que podemos realizar sua interpretação.

Para facilitar a interpretação, as variáveis e os indivíduos podem ser dispostos num plano cartesiano, em que cada eixo do gráfico corresponde a um dos fatores. Como os dois primeiros fatores são os que possuem as maiores variabilidades, ou seja, as maiores estruturas de relacionamento, é possível avaliar e interpretar esses dois primeiros fatores num plano cartesiano bi-dimensional. Mas também a interpretação pode ser feita a partir da análise da terceira dimensão, quando incorpora também o terceiro fator à análise.

No plano cartesiano, as variáveis serão distribuídas em quadrantes diferentes, dependendo da sua contribuição para formação tanto do primeiro fator quanto do segundo fator, mas também decorrente das características semelhantes ou diferentes que elas apresentam. Nesse sentido, já é possível apreender nessa análise os indivíduos que aproximam uns dos outros e, ao mesmo tempo, se distanciam dos demais, na medida em que eles são mais (ou menos) influenciados por determinadas variáveis que por outras não.

Diante desse tipo de análise, tendo interpretado o que significa cada um dos eixos (ou fatores), procedemos à análise de cluster, utilizando como critério o uso das coordenadas dos indivíduos plotados no plano cartesiano.

Assim, os agrupamentos formados, ao utilizar o método hierárquico, irão corresponder ao que foi observado na análise de correspondência, na fase anterior.

A definição do número de agrupamentos (ou clusters) dependerá da variância intra-classe e da variância inter-classe, observada no dendrograma. Quanto menor for a variância intra-classe, mais homogêneo será o agrupamento formado, tendo em vista que os indivíduos pertencentes apresentam características muito semelhantes, o que faz com que a variância inter-classe seja muito grande, ou seja, os agrupamentos serão mais heterogêneos entre si. Por outro lado, quanto maior for a variância intra-classe, menos homogêneo será o agrupamento, e menor será a variância inter-classe. Com a preocupação de formar agrupamentos homogêneos no seu interior e heterogêneos entre si, um critério utilizado é defini-los com variância intra-classe em torno de 25% e variância inter-classe em torno de 75%.

Definido os agrupamentos, é preciso interpretar sua composição para que se possa atribuir a cada um deles um nome que seja compatível com suas características. É claro, que esse nome irá refletir o tipo de dados que estão sendo utilizados e, ainda assim, as variáveis que mais se destacam em cada um deles, tendo em vista que os indivíduos existentes em seu interior possuem muita semelhança entre si.

Como normalmente se trata de um conjunto de muitos indivíduos no interior de cada agrupamento, que no caso da construção da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles esses indivíduos correspondem as áreas de ponderação do Censo Demográfico, utilizam-se alguns mecanismos de estatística descritiva para se realizar a análise de cada agrupamento: distribuição percentual de cada uma das áreas de ponderação segundo as categorias sócio-ocupacionais e densidade relativa de cada área de ponderação.

A distribuição percentual de cada área de ponderação segundo as categorias sócio-ocupacionais dará a participação de cada categoria sócio-ocupacional na área de ponderação, o que já se pode verificar quais são as variáveis (ou categorias) mais representativas na área de ponderação.

A densidade relativa dará o peso que cada categoria sócio-ocupacional, de cada uma das áreas de ponderação, possui em relação ao total de indivíduos, ou seja, em relação ao total de áreas de ponderação da área

metropolitana que está sendo analisada. Esse cálculo é feito pela divisão do percentual de cada categoria sócio-ocupacional, de cada área de ponderação, em relação ao percentual do total daquela categoria, ou seja, em relação ao percentual da categoria para o conjunto da área metropolitana.

Nesse caso, quando o resultado corresponde a 1, significa que o peso da categoria sócio-ocupacional naquela área de ponderação específica é igual ao peso da área metropolitana. Em outras palavras, significa que essa determinada categoria influencia da mesma forma a definição da área de ponderação específica e a área metropolitana. Quando o resultado é maior que 1 significa que determinada categoria sócio-ocupacional é mais influente na definição de determinada área de ponderação que na definição da área metropolitana. Ou quando o resultado é menor que 1 significa que a categoria sócio-ocupacional influencia menos na definição da área de ponderação que na área metropolitana. Esse instrumento é muito importante de ser utilizado porque apresenta que determinadas categorias sócio-ocupacionais são muito mais representativas em determinadas áreas de ponderação (ou em determinados agrupamentos) que em outras, ou mesmo em relação à área metropolitana.

Assim, uma vez definido os agrupamentos, interpretado a sua composição e, conseqüentemente, realizada a nomeação de cada um deles, está encerrada a tarefa de construção da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, em que cada agrupamento corresponderá a um tipo dessa Tipologia.

Como os tipos definidos correspondem às áreas de ponderação obtidas pela malha cartográfica do censo demográfico, é possível plotar num cartograma (ou mapa) a Tipologia Socioespacial para verificar como se apresenta a organização social do território metropolitano.

É importante salientar que embora cada um dos tipos corresponda às categorias sócio-ocupacionais que mais se destacam em cada um deles, na análise territorial é preciso considerar isso com relatividade, pois mesmo num determinado tipo que possui forte presença das categorias mais superiores da estratificação social, por exemplo, há também a presença de categorias inferiores da referida estratificação, embora seja com menor participação.

Mesmo assim, é possível verificar como a estrutura social se expressa no território metropolitano e, a partir disso, conduzir outras análises do território tendo a Tipologia Socioespacial como um instrumento importante a ser utilizado.

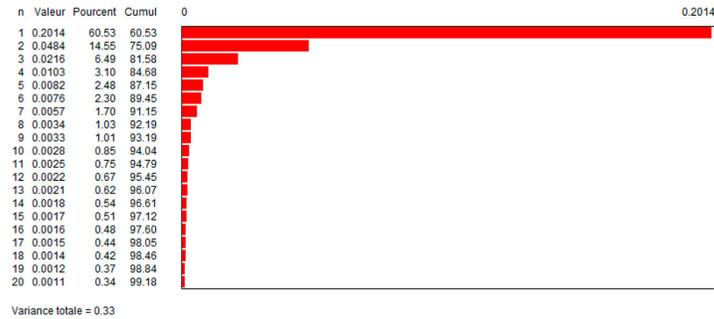
## APLICAÇÃO PRÁTICA DA METODOLOGIA: O EXEMPLO DO RIO DE JANEIRO

Para melhor compreensão da construção da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, vamos apresentar um exemplo, com dados obtidos no Censo Demográfico do IBGE de 2000, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

De posse da matriz de contingência (*input*) com os dados de pessoas ocupadas por área de ponderação e categoria sócio-ocupacional, procederemos à realização da análise de correspondência, através de algum aplicativo computacional estatístico que possui essa ferramenta. É tradição no Observatório das Metrôpoles a utilização do Software Statlab, mas há a possibilidade de utilização de outros pacotes estatísticos, como: SPSS, STATA ou SAS. O importante a considerar é que em qualquer que seja o aplicativo utilizado a análise de correspondência utilizará o mesmo algoritmo, de modo que os resultados serão os mesmos. Porém, por decorrência da tradição e da facilidade de operacionalização, vamos proceder à explicação utilizando o *output* do Software Statlab.

Podemos visualizar graficamente a contribuição de cada um dos fatores na variabilidade existente entre eles, conforme figura abaixo. Observe que os dois primeiros fatores correspondem a 75,09% da variância, o que significa que a interpretação desses dois fatores é responsável pela explicação de três quartos da estrutura de relacionamentos existente entre as variáveis utilizadas.

Figura 1 - Contribuição dos fatores na variância:  
Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Para o exemplo que estamos utilizando podemos visualizar a distribuição espacial das variáveis e indivíduos no plano cartesiano, em que o eixo 1 corresponde ao fator 1 e o eixo 2 corresponde ao fator 2, conforme figura abaixo. As categorias sócio-ocupacionais estão identificadas no plano cartesiano e correspondem a cor rosa, ao passo que as áreas de ponderação estão representadas pela cor verde no referido plano cartesiano. O tamanho tanto da representação de cada categoria sócio-ocupacional quanto da área de ponderação corresponde a representação de sua contribuição para formação do fator (ou eixo), tanto em relação ao eixo 1 quanto em relação ao eixo 2. É com base nessas informações visuais que podemos realizar a interpretação de cada um dos fatores para compreender a estrutura de relacionamentos existente entre as categorias sócio-ocupacionais e, com isso, realizar a interpretação dos fatores.

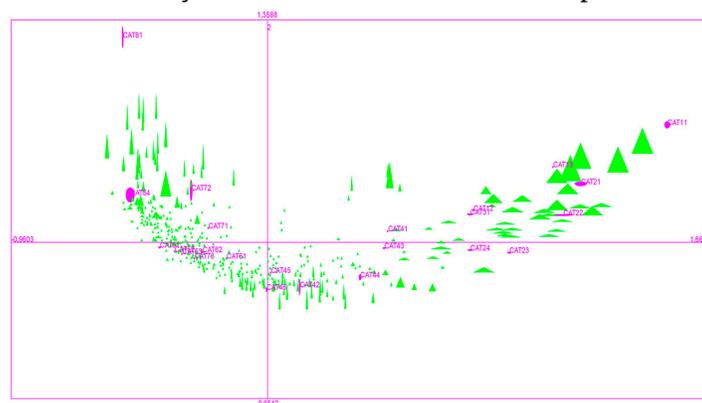
Em relação ao eixo 1, podemos visualizar grandes contribuições das categorias Operários da Construção Civil (CAT54) em oposição no plano cartesiano às categorias Grandes Empregadores (CAT11), Profissionais Autônomos de Nível Superior (CAT21), Empregados de Nível Superior (CAT22), Estatutários de Nível de Superior (CAT23) e Professores de Nível Superior (CAT24). Quer dizer que essas são as principais categorias que colaboram para definição do eixo 1; outras palavras, a estrutura do primeiro fator decorre, principalmente, da interpretação do relacionamento existente entre essas categorias que possuem maiores contribuições na definição do fator. Neste caso, como se tratam de categorias que estão em posições extremas da estratificação social, podemos interpretar a estrutura de relacionamento desse primeiro fator como uma oposição de classe social, classe dominante, de um lado, e classe popular, de outro. Ou seja, o principal princípio de organização social do território metropolitano pode ser definido como as desigualdades decorrentes da relação de classe social.

O mesmo procedimento deve ser feito para realizar a interpretação do eixo 2. Neste caso, a oposição apresentada nesse fator apresenta, de um lado, categorias médias (Ocupações de Supervisão – CAT42; Ocupações Técnicas – CAT44; Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios – CAT46) e, de outro lado, categorias que estão nas extremidades da estratificação social (Grandes Empregadores – CAT11; Autônomos de Nível Superior – CAT21; Operários da Construção Civil – CAT54; Ambulantes e Biscateiros – CAT72; Agricultores – CAT81).

Com base na análise de correspondência, considerando a coordenada dos indivíduos plotadas no plano cartesiano, passamos a realizar a análise de cluster (ou de agrupamentos) segundo o método hierárquico.

Na análise de cluster, a definição dos agrupamentos decorrerá da variância intra-classe e da variância inter-classe verificada no dendrograma. Aquela deve estar em torno de 25% para preservar determinada homogeneidade e esta deve ficar em torno de 75% para apresentar certa heterogeneidade entre os agrupamentos formados. Para o exemplo que estamos utilizando, com variância intra-classe apresentou 23,3% e variância inter-classe 76,7%, foram formados quatro agrupamentos, o que corresponderá aos tipos sócio-espaciais da Tipologia Observatório das Metrôpoles. Resta, apenas, interpretar cada um dos tipos para realizar sua nomeação e, posteriormente, plotar no cartograma (ou mapa) para visualizar espacialmente.

Figura 2 - Distribuição das variáveis e indivíduos no plano cartesiano

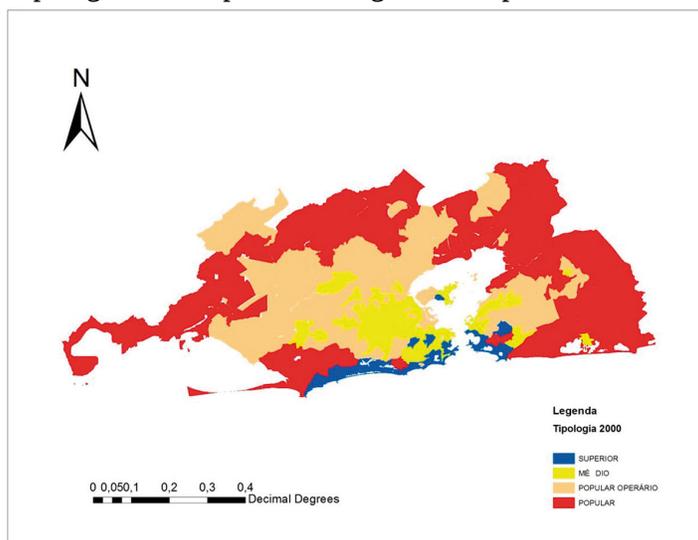


A interpretação de cada um dos tipos decorre da distribuição percentual das categorias sócio-ocupacionais em cada uma das áreas de ponderação e da densidade relativa dessas mesmas áreas. Com base nisso, torna-se possível analisar a composição dos quatro tipos espaciais e proceder a sua

nomeação. A denominação de cada um dos tipos será realizada de forma relativa, pois há hierarquia entre eles e, portanto, os nomes devem, ao mesmo tempo que procura descrever sua característica interna, refletir a relação hierárquica que existe entre eles. Para o nosso exemplo os nomes dados foram: Superior, Médio, Popular Operário e Popular, como poderá ser visualizado no mapa 2.

O mapa que expressa a Tipologia Socioespacial do Rio de Janeiro nos permite visualizar a totalidade da organização do território metropolitano, na medida em que podemos, ao mesmo tempo, compreender suas principais diferenças de modo a realizar análises relativas à diferenciação, segmentação e segregação residencial, conforme a abordagem teórica apresentada acima. A partir dessa percepção visual da organização social do território metropolitano torna-se importante aprofundar nas características de cada um dos tipos sócio-espaciais, pois eles apresentam características relativamente homogêneas e, por isso, nos permite avaliar com maior acuidade as diferenças entre eles.

Mapa 2: Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado por Observatório das Metrôpoles.  
Dados do Censo Demográfico do IBGE, 2000.

## ANÁLISE DA ESTRUTURA

Uma vez elaborada a Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, torna-se importante analisar sua estrutura de organização social. Para tanto, vamos verificar a distribuição percentual das categorias

sócio-ocupacionais em cada um dos tipos sócio-espaciais comparado com a mesma distribuição para o conjunto da região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse procedimento permite identificar o perfil social das áreas do território metropolitano. Além disso, vamos verificar a distribuição percentual de cada categoria sócio-ocupacional segundo os tipos sócio-espaciais, na perspectiva de analisar o modo como se distribui cada uma das categorias sócio-ocupacionais no território metropolitano, a fim de averiguar a ocorrência de concentração ou de dispersão social na metrópole fluminense. Como a estratificação social utilizada é composta por um grande número de categorias (24 no total), vamos realizar a análise utilizando de agregações dessas categorias, conforme demonstrado no quadro 1, na seção 4.

Como podemos observar na tabela 1, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais para a região metropolitana do Rio de Janeiro é concentrada nas ocupações médias seguida dos trabalhadores do terciário especializado, dos trabalhadores do secundário e dos trabalhadores do terciário não-especializado. Com exceção das ocupações médias, as demais categorias se caracterizam por se tratarem de trabalho manual. As demais categorias, que ocupam o topo da hierarquia social, somam pouco mais de 10% sua participação no conjunto da estratificação social, sendo que somente os profissionais de nível superior correspondem a 8,5%, ao passo que os dirigentes correspondem a apenas 1,2%. Os agricultores possuem uma participação muito pequena por se tratar de uma categoria que está em franca redução nas metrópoles do país.

Tabela 1: Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

(em %)

Tipos socioespaciais	Categorias Sócio-Ocupacionais								Total
	DIR	PNS	PE	OM	TS	TTE	TTNE	AGR	
Superior	5,3	29,1	6,9	32,2	4,8	10,0	11,6	0,3	100,0
Médio	1,1	10,4	2,8	35,1	15,3	20,6	14,4	0,2	100,0
Popular-Operário	0,4	2,7	1,1	21,5	27,4	23,7	22,7	0,5	100,0
Popular	0,7	2,8	1,6	14,8	28,1	19,8	28,2	4,1	100,0
Total	1,2	8,5	2,4	27,5	20,4	20,8	18,6	0,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrôpoles.

Essa constatação ganha maior contorno quando a análise recai sobre os tipos sócio-espaciais. Importante observar que ao comparar a distribuição das categorias sócio-ocupacionais entre os tipos sócio-espaciais, verificamos que o tipo superior é o que apresenta maior percentual de pessoas nas categorias de dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, que são as categorias mais elevadas da hierarquia social. O tipo socioespacial médio apresenta maior proporção de pessoas na categoria ocupações médias. O tipo socioespacial Popular-Operário apresenta maior proporção na categoria dos trabalhadores do terciário especializado e mantém uma proporção semelhante ao tipo Popular, apesar de inferior, à categoria dos trabalhadores do secundário. Já o tipo socioespacial Popular, além de apresentar maior proporção na categoria dos trabalhadores do secundário, apresenta também maior proporção nas categorias dos trabalhadores do terciário não-especializado e nos agricultores.

Podemos observar que a distribuição das pessoas ocupadas no espaço urbano reflete a estrutura social, na medida em que há maior concentração de pessoas das categorias mais elevadas da hierarquia social nas áreas superiores, ao passo que as pessoas das categorias médias localizam-se, principalmente, nas áreas médias e as pessoas das categorias mais inferiores da hierarquia social localizam-se nos tipos Popular-Operário e Popular.

Ratifica ainda mais essa análise quando verificamos a distribuição percentual de cada categoria sócio-ocupacional segundo os tipos sócio-espaciais, como podemos ver na tabela 2. A maior parcela das pessoas classificadas como dirigentes (quase 50%) localiza-se nas áreas superiores da região metropolitana, seguida pelas áreas médias. Porém, apesar de maior proporção de profissionais de nível superior nas áreas Superiores, a maior parcela das pessoas dessa categoria localiza-se nas áreas médias. É exatamente o inverso do que vimos em relação aos dirigentes. Também nas áreas médias há maior concentração de pequenos empregadores e de ocupações médias, que são propriamente categorias socialmente médias. À exceção dos agricultores, todas as outras categorias manuais (trabalhadores do secundário, do terciário especializado e do terciário não-especializado)

concentram a maior parcela de pessoas no tipo socioespacial Popular-Operário, em mais da metade. As áreas Populares concentram apenas maior número de pessoas da categoria de agricultores, mesmo assim num patamar muito próximo das áreas de tipo Popular-Operário.

Tabela 2: Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

(em %)

Tipos socioespaciais	Categorias Sócio-Ocupacionais								Total
	DIR	PNS	PE	OM	TS	TTE	TTNE	AGR	
Superior	47,1	36,0	29,9	12,3	2,5	5,0	6,5	5,6	10,5
Médio	36,3	47,6	45,2	49,5	29,1	38,4	30,0	13,1	38,8
Popular-Operário	13,5	14,5	21,2	35,2	60,6	51,1	54,8	40,5	45,0
Popular	3,2	1,9	3,7	3,1	7,9	5,4	8,6	40,8	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrópoles.

## EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

Depois de compreender a estrutura de organização social da metrópole, torna-se importante analisar as mudanças ocorridas no tempo para aprender as mudanças que estão ocorrendo na estruturação do espaço metropolitano. Neste sentido, vamos comparar o perfil social da região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos de 1991 e 2000, que foram anos de realização do censo populacional do Brasil. A tabela 3 apresenta a composição social de toda a região metropolitana, de acordo com as categorias sócio-ocupacionais. Nela podemos verificar que, no período de uma década, ocorreram mudanças importantes no perfil social de toda a metrópole fluminense. As mudanças que mais se destacam dizem respeito, por um lado, ao aumento proporcional de pessoas nas categorias Profissionais de Nível Superior e Trabalhadores do Terciário Especializado e, por outro lado, à redução proporcional das categorias Ocupações Médias, Trabalhadores do Secundário e Agricultores.

Tabela 3: Comparativo do Perfil Social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991 e 2000

(em %)

Ano	Categorias Sócio-Ocupacionais								Total
	DIR	PNS	PE	OM	TS	TTE	TTNE	AGR	
1991	1,5	6,9	2,6	30,4	22,4	16,7	18,4	1,0	100,0
2000	1,2	8,5	2,4	27,5	20,4	20,8	18,6	0,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1991 e 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrôpoles.

O aumento das categorias de nível superior e trabalhadores do terciário especializado pode estar relacionado às mudanças ocorridas no mercado de trabalho, nessa década, dado o processo de reestruturação produtiva, onde ocorreu a criação de novas ocupações, que têm no nível de escolaridade e na qualificação profissional suas principais exigências para que sejam ocupadas pelos indivíduos. Por outro lado, é possível que este aumento esteja relacionado ao aumento de novas exigências para ocupações já antigas, na medida em que o mercado de trabalho apresenta uma grande oferta de mão-de-obra, sobretudo numa década em que as taxas de desemprego apresentaram aumentos significativos.

O mesmo fenômeno estrutural pode também ajudar explicar a redução das categorias Ocupações Médias e Trabalhadores do Secundário, tendo em vista as mudanças ocorridas no setor produtivo, que levou ao enxugamento ou mesmo redução de mão-de-obra, tanto na indústria quanto em alguns segmentos do setor de serviços, apesar de este ter apresentado aumento em sua participação ao longo da década.

As mudanças no perfil social verificada na década de 1990, de algum modo, provocaram alterações no padrão de organização social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Como podemos observar na tabela 4, havia em 1991 a existência de cinco tipos sócio-espaciais, que foram reduzidos para quatro tipos, uma vez que não houve a caracterização de mais de nenhuma área da metrópole fluminense pela forte presença de agricultores, o que fez com que desaparecesse o tipo socioespacial agrícola. Além disso, podemos observar que deixou de existir um tipo socioespacial identificado como Operário e se constituiu um novo tipo socioespacial caracterizado como Popular Operário. Essas mudanças, que podem parecer apenas alteração na nomenclatura, dizem respeito às mudanças da estrutura

de organização social no interior da metrópole, que reflete, por sua vez, as transformações sociais e econômicas sofridas pela sociedade brasileira, tão intensa nesse período.

Tabela 4: Comparativo dos Tipos socioespaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1991 e 2000

(em %)

Tipos socioespaciais	1991	2000
Superior	13,7	10,5
Médio	35,2	38,8
Operário / Popular Operário	31,9	45,0
Popular	19,0	5,7
Agrícola	0,2	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1991 e 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrópoles.

Por um lado, observamos aumento proporcional de pessoas nos tipos Médio e Operário (Popular Operário). Como deixou de existir um tipo propriamente Operário, na medida em que tendeu a se popularizar, podemos dizer que essas mudanças refletem as transformações ocorridas na economia, em que, de modo especial, a indústria reduziu sua participação na atividade econômica, sobretudo no Rio de Janeiro. Por outro lado, houve redução proporcional de pessoas localizadas no tipo Superior e no tipo Popular. Em relação ao tipo Superior, podemos considerar que esteja havendo mobilidade social descendente, manifestada no território metropolitano. Em relação ao tipo Popular, tanto pode estar ocorrendo mobilidade ascendente de pessoas localizadas em áreas que antes eram Popular, quanto pode estar ocorrendo mobilidade descendente de pessoas antes localizadas nas áreas de tipo Operário e que perderam status social.

Quando comparamos a evolução do perfil social de cada tipo socioespacial, conforme os dados da tabela 5, observamos que o tipo Superior apresentou redução na participação das categorias dirigentes, apesar de mostrar aumento na categoria dos profissionais de nível superior. Também houve redução na participação das ocupações médias, trabalhadores do secundário e trabalhadores do terciário não-especializado.

Houve aumento ainda da participação dos pequenos empregadores e trabalhadores do terciário especializado.

Tabela 5: Comparativo do Perfil Social dos Tipos socioespaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1991 e 2000

(em %)

Tipos socioespaciais		Categorias Sócio-Ocupacionais								Total
		DIR	PNS	PE	OM	TS	TTE	TTNE	AGR	
1991	Superior	5,8	24,0	5,7	35,8	5,4	8,1	14,7	0,4	100,0
	Médio	1,2	7,6	3,1	40,8	17,8	16,4	12,7	0,5	100,0
	Operário	0,5	2,2	1,6	24,9	29,3	19,6	21,4	0,6	100,0
	Popular	0,5	1,4	1,3	16,6	31,9	18,6	26,8	2,9	100,0
	Agrícola	0,1	0,8	3,2	9,5	26,6	12,5	21,3	26,0	100,0
	Total	1,5	6,9	2,6	30,4	22,4	16,7	18,4	1,0	100,0
2000	Superior	5,3	29,1	6,9	32,2	4,8	10,0	11,6	0,3	100,0
	Médio	1,1	10,4	2,8	35,1	15,3	20,6	14,4	0,2	100,0
	Popular-Operário	0,4	2,7	1,1	21,5	27,4	23,7	22,7	0,5	100,0
	Popular	0,7	2,8	1,6	14,8	28,1	19,8	28,2	4,1	100,0
	Total	1,2	8,5	2,4	27,5	20,4	20,8	18,6	0,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1991 e 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrópoles.

O tipo Médio apresentou aumento expressivo na categoria dos profissionais de nível superior e nas categorias dos trabalhadores do terciário especializado e não-especializado. Nas demais categorias houve redução na participação, apesar de os dirigentes praticamente manterem o mesmo nível de participação nos anos analisados. O tipo Operário reduziu participação na categoria dos trabalhadores do secundário, mas aumentou nas categorias dos trabalhadores do terciário especializado, não-especializados e ocupações médias. É significativo da participação da categoria dos profissionais de nível superior no tipo Popular, além dessa categoria esse tipo socioespacial também apresenta aumento nos trabalhadores do terciário especializado e não-especializado. Nas demais categorias houve redução na participação, entre os anos de 1991 e 2000.

A categoria dos dirigentes, não obstante manter maior participação no tipo superior, passou a se concentrar mais nos médios e popular-operário quando se compara a distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos sócio-espaciais, conforme tabela 6. O mesmo fenômeno é verificado em relação aos profissionais de nível superior, pois apresentou redução na participação no tipo Superior e aumento nos tipos Médio e Popular-Operário.

Tabela 6: Comparativo dos Tipos socioespaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo as Categorias sócio-ocupacionais - 1991 e 2000

(em %)

Tipos socioespaciais		Categorias sócio-ocupacionais								Total
		DIR	PNS	PE	OM	TS	TTE	TTNE	AGR	
1991	Superior	54,5	47,5	29,6	16,2	3,3	6,7	11,0	5,1	13,7
	Médio	28,4	38,4	40,9	47,3	27,9	34,6	24,3	17,2	35,2
	Operário	10,5	10,3	19,7	26,1	41,5	37,4	36,9	18,8	31,9
	Popular	6,5	3,8	9,6	10,4	27,0	21,1	27,6	53,9	19,0
	Agrícola	0,0	0,0	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	5,1	0,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	Superior	47,1	36,0	29,9	12,3	2,5	5,0	6,5	5,6	10,5
	Médio	36,3	47,6	45,2	49,5	29,1	38,4	30,0	13,1	38,8
	Popular-Operário	13,5	14,5	21,2	35,2	60,6	51,1	54,8	40,5	45,0
	Popular	3,2	1,9	3,7	3,1	7,9	5,4	8,6	40,8	5,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1991 e 2000.

Elaborada pelo Observatório das Metrôpoles.

As alterações mais substantivas na categoria de pequenos empregadores foram o aumento na participação do tipo socioespacial Médio e redução no tipo Popular. As ocupações médias aumentaram sua participação nos tipos Médio e Popular-Operário e reduziram nos tipos Superior e Popular.

Embora o tipo Operário deixe de existir em 2000, sendo substituído pelo tipo Popular-Operário, este apresenta uma concentração de 60% dos trabalhadores do secundário, ao passo que aquele apresentava, em 1991, apenas 41,5%. O que podemos observar é que não houve redução na

importância dos operários na metrópole do Rio de Janeiro, mas houve aumento relativo das outras ocupações superiores ao aumento verificado na categoria de trabalhadores do secundário. Os trabalhadores do terciário especializados e não-especializados apresentaram aumento na participação nos tipos médio e Popular-Operário, apesar de terem reduzido nos tipos Superior e Popular.

---

<sup>9</sup> Trata-se do programa “Reestruturação econômica e social das grandes metrópoles: estudo comparativo Paris-Rio de Janeiro”. Os resultados da aplicação desta metodologia encontram-se em Preteceille, E. & Ribeiro, L.C.Q. “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”, trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, e publicado na Revista EURE, vol. XXV, n. 76, pp. 79-102, Santiago do Chile, dezembro 1999. A reflexão sobre a aplicação desta metodologia às metrópoles brasileiras encontra-se em Ribeiro, L.C.Q. “Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território”, in Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada, Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, OPAS/OMS, Brasília, 2003. Para o conhecimento global da aplicação desta metodologia para as metrópoles brasileiras ver Ribeiro, L.C.Q. (org.) Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a conflito e a cooperação. Perseu Abramo: Rio de Janeiro, 2004.

<sup>10</sup> Grifo conforme original.

## 6. Outras dimensões da dinâmica de organização social do território

**A**pós a (i) descrição da estrutura de organização da cada metrópole utilizando como variável central as categorias sócio-ocupacionais e da (ii) da identificação dos padrões de evolução no tempo, passamos a explorar outras variáveis (variáveis suplementares) para identificar a complexidade das dinâmicas de organização social território de cada metrópole e buscar sua comparação. Esse procedimento analítico-interpretativo corresponde à diferenciação socioespacial, como pudemos salientar nos fundamentos teórico-conceituais da tipologia socioespacial.

### VARIÁVEIS SUPLEMENTARES

As dimensões possíveis de serem exploradas são as seguintes: demografia (idade, fertilidade, migração, mobilidade residencial, mobilidade urbana, etc.), família (tamanho, composição e ciclo), habitação (formas de provisão da moradia, preço, financiamento, etc.) e intervenção pública (regulação de uso e ocupação do solo, investimento e infraestrutura e equipamentos urbanos, provisão de serviços em termos de quantidade e qualidade, etc.).

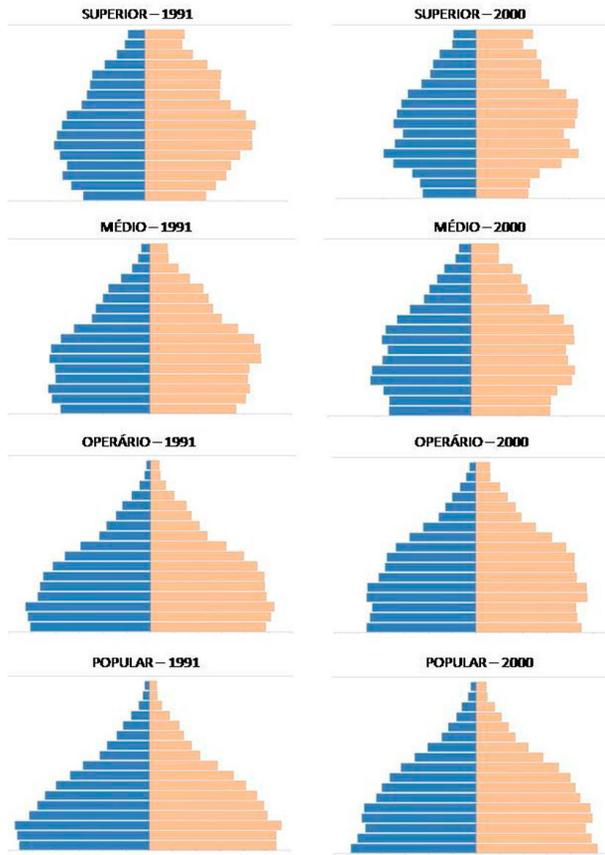
Algumas destas variáveis podem ser trabalhadas a partir do próprio censo demográfico, outras decorrerão da entrada no banco de dados de variáveis existentes em outras fontes. Para ilustrar a exploração destas dimensões, vamos considerar alguns exemplos de variáveis que constam no banco de dados do censo demográfico relativas aos aspectos demográficos.

A análise da estrutura etária segundo os tipos socioespacial, comparando entre dois momentos no tempo censo demográfico de 1991 e de 2000 possibilita evidenciar as diferenças existentes no território metropolitano, como o que está apresentado na Figura 3. Podemos observar que todos os tipos sócio-espaciais apresentam aumento de idade da sua população, tornando a base da pirâmide demográfica mais achatada, quando a

comparação é feita entre os anos de 1991 e 2000. Porém, ao compararmos os tipos entre si, observamos que eles apresentam estruturas diferentes. O tipo Superior é o que apresenta a base mais achatada da pirâmide etária e a maior proporção de pessoas nas faixas mais elevadas de idade. Esse comportamento é acompanhado pelo tipo Médio, apesar de ter uma base mais alargada e pelos demais tipos sócio-espaciais de forma sucessiva. O que podemos observar é que a estrutura etária do tipo Superior se assemelha com a estrutura etária de países desenvolvidos, ao passo que a estrutura etária do tipo Popular é característica de países que não alcançaram ainda o mesmo patamar de desenvolvimento.

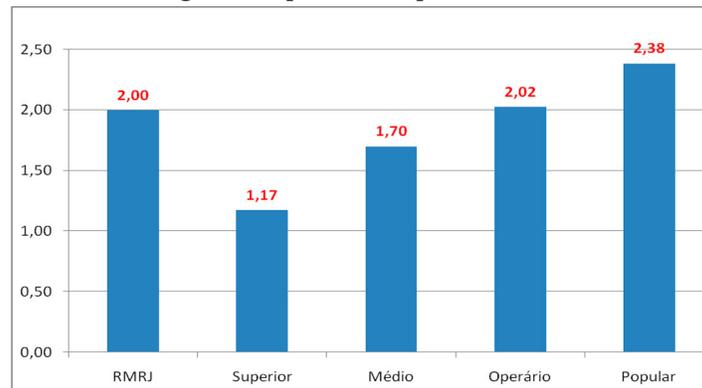
Outro exemplo relativo aos aspectos demográficos refere-se à taxa de fecundidade segundo os tipos sócio-espaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para o ano de 2000, conforme gráfico 1. Podemos observar que a taxa de fecundidade também se diferencia em relação ao tipo socioespacial. O tipo Superior é o que apresenta a menor taxa, sendo seguida pelos demais tipos sócio-espaciais de forma crescente. Como a taxa de fecundidade guarda relação com a capacidade de reposição populacional de uma sociedade, podemos inferir que o crescimento populacional da região metropolitana do Rio de Janeiro decorre dos tipos Popular-Operário e Popular, que estão acima de 2%, o que inclusive torna da taxa de fecundidade do conjunto da metrópole no patamar de 2%.

Figura 3 - RMRJ: Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial, 1991 e 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.  
Retirado do Relatório “Organização Socioespacial e Dinâmica Demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, de Érica Tavares, Observatório das Metrôpoles.

Gráfico 1: RMRJ: Taxas de Fecundidade Total segundo Tipo Socioespacial - 2000



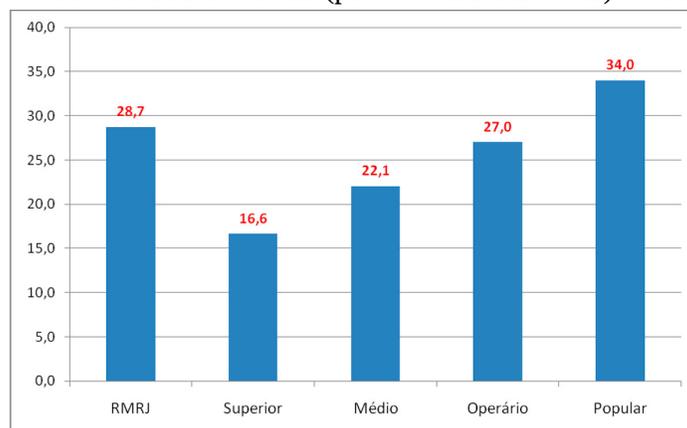
Fonte: Elaboração própria a partir de Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.  
Retirado do Relatório “Organização Socioespacial e Dinâmica Demográfica

na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, de Érica Tavares,  
Observatório das Metrôpoles.

Podemos ainda, a título de exemplo, apresentar outra variável relativa aos aspectos demográficos segundo os tipos sócio-espaciais, como a razão de mortalidade, conforme o gráfico 2. As diferenças já verificadas em relação ao padrão de envelhecimento e à taxa de fecundidade também são contrastadas aqui em relação ao número de filhos não-sobreviventes por mil nascidos vivos. Podemos observar que essa razão é menor no tipo Superior e aumenta à medida que o tipo socioespacial vai se tornando cada vez mais inferior na estrutura social do território metropolitano.

Esse tipo de análise, além de demonstrar a complexidade do território metropolitano, qualifica ainda mais as desigualdades sociais manifestadas territorialmente, demonstrando que o país convive com padrões sociais diferenciados de acordo com a localização que os indivíduos possuem no espaço metropolitano. Além disso, reforça a necessidade de usos desses tipos de instrumento analítico –tipologia socioespacial – para compreensão das desigualdades sociais contemporâneas.

Gráfico 2: RMRJ: Razão de Mortalidade Total segundo Tipo Socioespacial – Filhos Não-Sobreviventes (por mil nascidos vivos) – 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Retirado do Relatório “Organização Socioespacial e Dinâmica Demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, de Érica Tavares,  
Observatório das Metrôpoles.

## 7. Análise dos padrões territoriais de organização espacial das metrópoles

Uma vez compreendida a (i) a estrutura da organização social das metrópoles, (ii) a evolução das estruturas e (iii) a dinâmica de organização, empreendemos a identificação dos padrões espaciais em que materializam esta estrutura. Esta etapa é muito importante, pois a geografia em que se organizam os processos de divisão, segmentação e de segregação tem importantes impactos (i) nas interações sociais, (ii) no acesso aos bens públicos e (iii) na manutenção ou des-estabilização dos regimes de reprodução social (ou de bem-estar social) mencionados anteriormente.

A identificação destes padrões deve obedecer aos seguintes princípios:

- (i) Dispersão/Agrupamento: Equilíbrio da distribuição dos diferentes grupos populacionais;
- (ii) Exposição/Isolamento: Chance de encontro entre membros de grupos distintos para o caso de exposição e de um mesmo grupo quando se tratar de isolamento (Reardon e O'Sullivan, 2004).

A figura 4 apresenta de modo sintético os diferentes padrões espaciais, que nos permite compreender a segregação residencial nos espaços urbanos. Neste exemplo, podemos considerar a existência de dois espaços urbanos que apresentam característica populacional idêntica, mas que estão distribuídas de modo diferente no território da cidade. Os distintos grupos sociais da cidade podem, segundo o primeiro princípio, estar dispersas no território urbano, o que apresenta um maior nível de homogeneidade territorial e, portanto, menor segregação residencial; ou podem estar agrupados no território, o que apresenta maior nível de segregação residencial.

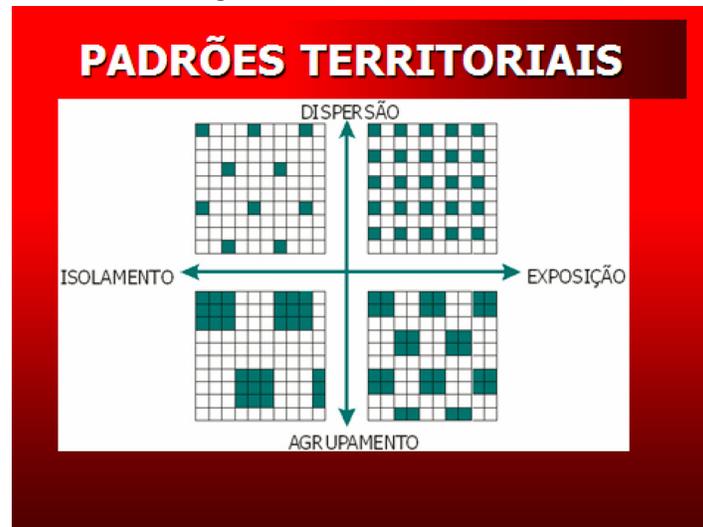
A mesma lógica é utilizada para avaliar o segundo princípio: exposição/isolamento. Mas a avaliação feita para o segundo princípio diz respeito ao grau de interação que os distintos grupos sociais do território

urbano podem apresentar, se eles estão em maior exposição ou interação social ou se apresentam maior isolamento.

Realizamos esta identificação através da utilização de um conjunto de índices, que tentam de distintas maneiras captar o grau de segregação residencial dos espaços urbanos. Estes índices de segregação, por apresentar de modo sintético o padrão de segregação residencial, nos permite uma compreensão mais resumida da organização social das metrópoles brasileiras, podendo ser associado à tipologia socioespacial no sentido de complementar a análise da estrutura social materializada no território metropolitano.

Acreditamos que esta etapa do trabalho é de fundamental importância em razão da diversidade de padrões territoriais existentes nas metrópoles brasileiras. É importante assinalar que um dos traços marcantes do modelo urbano brasileiro, diversificadamente materializado nas metrópoles, é o da distância social com a proximidade territorial. O quadro 2 ilustra este fato, onde apresenta o comparativo de alguns índices de segregação entre as regiões metropolitanas do Brasil.

Figura 4: Padrões Territoriais



O primeiro índice apresentado é o de dissimilaridade. Este índice mostra a relação das unidades de áreas segundo a composição social e o conjunto das áreas existentes, que no nosso caso corresponde a cada uma das regiões metropolitanas em análise. Quanto mais próximo de zero maior a integração social na metrópole, quanto mais próximo de 1 maior o nível de segregação. Como podemos perceber as regiões metropolitanas que apresentam maior

integração, segundo o índice de dissimilaridade, são Manaus, Belém e Fortaleza, o que quer dizer que são estas as regiões metropolitanas que apresentam maior homogeneidade na composição social verificada entre as áreas do território. O contrário, onde há maior segregação, é verificado nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Brasília e Curitiba.

O índice de interação (ou exposição) apresentado no quadro 2 mostra relativa semelhança entre o padrão de interação existente nas metrópoles brasileiras, apesar de ser flagrante a diferença apresentada pela região metropolitana de São Paulo, que apresenta o menor nível de interação, podendo ser considerada a metrópole com menor exposição social e, portanto, a de maior nível de segregação. Por outro lado, Maringá destaca-se por ser a região metropolitana com o maior nível de interação social.

Quadro 2: Indicadores de Segregação e Composição  
'Sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras

Metrópole	Dissimilaridade	Interação, xP*y	Isolamento <sup>2</sup>		Composição sócio- ocupacional (%)	
			xP*x	yP*y	Alta qualificação	Baixa qualificação
Belém	0,46	0,16	0,84	0,41	7,7	29,5
Brasília	0,61	0,19	0,81	0,61	12,4	26,0
Belo Horizonte	0,57	0,16	0,84	0,51	9,0	27,0
Curitiba	0,59	0,18	0,82	0,57	9,5	22,4
Fortaleza	0,47	0,16	0,84	0,37	6,9	26,4
Goiânia	0,53	0,16	0,84	0,49	8,1	26,2
Manaus	0,42	0,16	0,84	0,33	6,4	27,4
Maringá	0,56	0,13	0,87	0,38	6,8	25,0
Natal	0,53	0,18	0,82	0,46	8,1	24,9
Porto Alegre	0,67	0,19	0,81	0,54	9,1	21,9
Recife	0,50	0,17	0,83	0,44	8,4	26,5
Rio de Janeiro	0,58	0,17	0,83	0,55	10,3	25,6
Salvador	0,56	0,15	0,85	0,46	8,0	27,9
São Paulo	0,52	0,21	0,79	0,53	10,0	22,5

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

1 - Interação (Exposição) entre as pessoas com ocupações de baixa qualificação e as pessoas com ocupações de alta qualificação

2 - Isolamento das pessoas com ocupações de baixa qualificação (xP\*x) e isolamento das pessoas com ocupações de alta qualificação (yP\*y)

Ao mesmo tempo em que observamos a semelhança entre as regiões metropolitanas quanto ao nível de interação ou exposição social entre diferentes grupos sociais (alta qualificação e baixa qualificação), também observamos semelhança quanto o expressivo isolamento social dos trabalhadores de baixa qualificação. Curioso é observar que São Paulo, apesar de ser a metrópole que apresenta menor nível de interação entre os grupos sociais, é a que apresenta o menor nível de isolamento dos trabalhadores de baixa qualificação; e Maringá a região metropolitana que apresenta o maior nível de isolamento social.

Por outro lado, quando consideramos o isolamento social mensurado apenas para o grupo social de maior qualificação, percebemos maior heterogeneidade entre as metrópoles, sendo Manaus, Fortaleza e Maringá as

metrópoles que apresentam menor isolamento social e Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro as regiões metropolitanas com maior isolamento social.

A análise desses índices sintéticos nos permite ter uma compreensão dos diferentes padrões de organização social do território das regiões metropolitanas do Brasil e, ao mesmo tempo, nos possibilita verificar aquelas metrópoles que apresentam padrões semelhantes. Porém, não nos permite saber como se dá a estruturação dos grupos populacionais no território. Por isso, é muito importante esses índices sintéticos serem associados à tipologia socioespacial, porque ela permite avaliar a estruturação social do território metropolitano.

## ÍNDICE DE MORAN: GLOBAL E LOCAL

Outro instrumento muito importante para a análise espacial, sobretudo referente às áreas metropolitanas, diz respeito aos índices de autocorrelação espacial. Um dos índices mais populares, utilizados nesse tipo de análise, é o índice de Moran Global. O índice de Moran Global indica a existência ou inexistência de autocorrelação espacial entre os valores dos objetos e seus vizinhos, o que nos permite avaliar a capacidade de mistura social no espaço metropolitano, quando utilizamos os dados referentes às categorias sócio-ocupacionais, por exemplo. O limite do uso do índice de Moran Global decorre da impossibilidade de sua espacialização.

Por este motivo, utilizamos como alternativa o índice de Moran Local que nos possibilita visualizar cartograficamente o tipo de associação espacial existente entre as unidades espaciais de uma determinada região metropolitana. Neste caso, é possível verificar a característica de determinada unidade espacial em relação às características das unidades espaciais de seus vizinhos. Isso quando associado à tipologia socioespacial ajuda muito na interpretação do modo como o espaço metropolitano se organiza socialmente.

## 8. Desigualdades sociais: Oportunidade e bem-estar urbano

A última etapa da nossa análise é buscar gerar evidências da relação entre a organização social do espaço e suas dinâmicas de segmentação e segregação e as tendências da reprodução das desigualdades. Nessa etapa, trabalhamos com duas noções de desigualdades: a que se referem a oportunidades e as que dizem respeito à acessibilidade do bem-estar urbano. Tanto numa como noutra a estrutura econômica cumpre papel muito importante. Primeiro, porque em relação às oportunidades podemos perceber o seu efeito referente ao mercado de trabalho. Mudanças na estrutura produtiva têm consequência imediata na estrutura de ocupações. Segundo, porque em sociedades que passaram de um modo de integração social baseado na “solidariedade mecânica” para a “solidariedade orgânica” mudanças no mercado de trabalho têm consequência para o modo como a integração social se realiza, tendo como perspectiva o regime de bem-estar social predominante na sociedade (figura 5).

Nossa consideração é que, de um lado, podemos observar a relação entre a estrutura de oportunidades – como o mercado de trabalho e a estrutura educacional – e as condições de acesso dos agentes sociais a essas estruturas, decorrente do volume e estrutura do capital que possuem, principalmente de capital social (individual ou coletivo) e de capital cultural. O acesso a essas estruturas de oportunidades terá como consequência a maneira como se manifestará as desigualdades sociais. O modo como se apresenta a diferenciação e segmentação residencial na organização social do território favorece (ou inibi) os grupos sociais ao acesso a essas estruturas de oportunidades. Em situações de baixo volume de capital e de isolamento social o acesso às estruturas de oportunidades pode ser limitado, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade social ou mesmo impedindo sua superação.

Por outro lado, também consideramos que o regime de bem-estar social tem implicações importantes sobre as desigualdades sociais, decorrente do

modo como se apresenta a organização social do território, o que pode contribuir para maior integração social entre os agentes sociais ou levar à situação de exclusão social. Como já foi salientado no começo deste trabalho, o regime de bem-estar social das sociedades latino-americanas – com destaque para o Brasil – se construiu baseado na relação entre o mercado e as interações de reciprocidade, tornando o estado de bem-estar social incompleto, haja vista que os direitos sociais foram historicamente dirigidos apenas para os portadores da carteira de trabalho assinada – regime salarial –, deixando de fora dos direitos de cidadania parcela considerável da população.

Figura 5: Organização social do território e desigualdades sociais

Apesar da universalização dos direitos de cidadania ocorrida nas últimas décadas, com o processo de reestruturação produtiva o regime de bem-estar social também sofreu alterações, na medida em que se tornou mais difícil para os grupos sociais mais vulneráveis da sociedade poderem se incorporar ao mercado de trabalho, porque não conseguiam atender aos novos requerimentos do mercado de trabalho, tendo em vista as mudanças tecnológicas aí introduzidas. Portanto, a integração social se agravou ainda mais para os agentes sociais situados na condição de isolamento social no território urbano.

A organização social do território metropolitano analisada sob a perspectiva da diferenciação, segmentação e segregação residencial torna-se uma importante ferramenta para análise das desigualdades sociais, quando a relaciona com a estrutura de oportunidades, de um lado, e o regime de bem-estar social, por outro. Nessas considerações podemos observar o caráter de integração social dos agentes sociais.

Porém, pelo menos dois desafios metodológicos são apresentados para as investigações que procuram compreender a relação entre as desigualdades sociais e o padrão de segregação residencial existente nas áreas metropolitanas: a falácia ecológica e a escala de segregação.

## FALÁCIA ECOLÓGICA OU EFEITO DE COMPOSIÇÃO

Um dos grandes desafios desse tipo de pesquisa é a separação dos efeitos individuais daqueles decorrentes de contextos coletivos, como são a família, o bairro, a cidade ou outra modalidade de agrupamento social. É a isso que

denominamos falácia ecológica, quando conclusões são feitas ao indivíduo apenas por ele se localizar num agrupamento que possui aquelas características que lhe foram atribuídas. Ribeiro e Kaztman (2008) dão bons exemplos de falácia ecológica, como podemos ver:

Para melhor explicar essa questão, como já mencionado por inúmeros sociólogos que examinaram a obra seminal de Durkheim: não é porque o suicídio ocorre mais em países protestantes que podemos deduzir que as pessoas que têm como propriedades individuais essa crença religiosa apresentem maiores tendências ao suicídio. Ou dito de outra maneira, e usando outro exemplo clássico da sociologia: não é porque observamos que as circunscrições eleitorais que concentram altas proporções de segmentos operários votam na esquerda que podemos deduzir que os indivíduos pertencentes a esta categoria sócio-ocupacional se inclinam a esta preferência (p. 19).

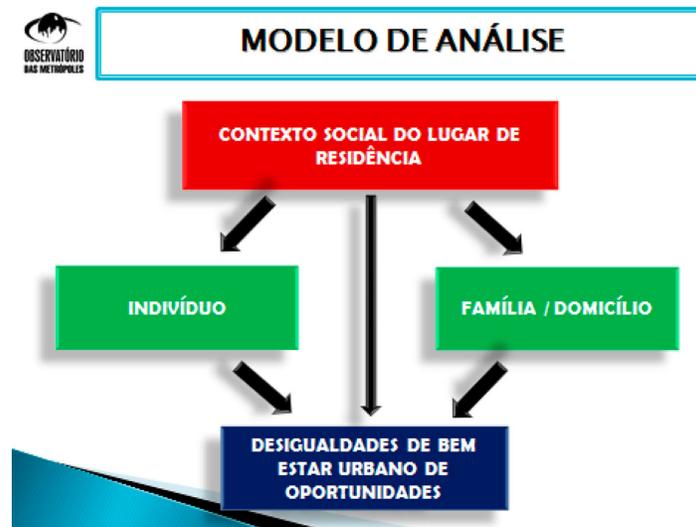
Isso é importante porque não se pode atribuir explicação para certos fenômenos ao indivíduo somente porque ele participa de um agrupamento social que apresenta, na média, aquelas características. Significa, na verdade, considerar os efeitos próprios do agrupamento, não é o mesmo que considerar os efeitos da agregação de indivíduos em agrupamento.

Nas investigações sobre desigualdades sociais que se manifestam nas áreas metropolitanas, o desafio metodológico é justamente o de separar os efeitos que são próprios dos indivíduos, tendo em vista seus atributos pessoais, daqueles decorrentes de contextos coletivos. E, ao mesmo tempo, poder separar os efeitos desses contextos coletivos que também são diferentes, como, por exemplo, do efeito decorrente da família e o efeito decorrente do bairro ou da cidade.

Para estudos sobre as desigualdades de bem-estar urbano de oportunidades, por exemplo, utilizamos um modelo analítico que procura considerar os efeitos decorrentes tanto do indivíduo e da família a que pertence, quanto do contexto social de residência (Figura 6). Ao mesmo tempo em que temos a preocupação de separar seus efeitos isolados, também consideramos que cada agrupamento coletivo, como a família e o contexto social de residência, exerce influência sobre a explicação do indivíduo. Significa dizer que o indivíduo, apesar de apresentar uma explicação própria que lhe é inerente, é influenciado tanto pela família a que pertence quanto pelo contexto social onde reside. Estes agrupamentos coletivos não podem, ao mesmo tempo, ser compreendidos como simples agregações das características dos seus indivíduos.

Para dirimir essa situação em termos metodológicos, procuramos realizar a análise de cada um dos efeitos sobre as desigualdades de bem-estar urbano de oportunidades, tais como relativos à educação ou ao mercado de trabalho, por exemplo, a partir de análise de regressão, tendo em vista que esse procedimento estatístico nos possibilita estabelecer relacionamentos entre variáveis na perspectiva da busca de explicações para fenômenos que possuem relações causais. Porém, o tipo de análise de regressão que possibilita separar os efeitos de dimensões diferentes indivíduo, família e contexto social de residência é a análise de regressão multinível, também conhecida como análise de regressão hierárquica.

Figura 6



## ESCALAS DE SEGREGAÇÃO

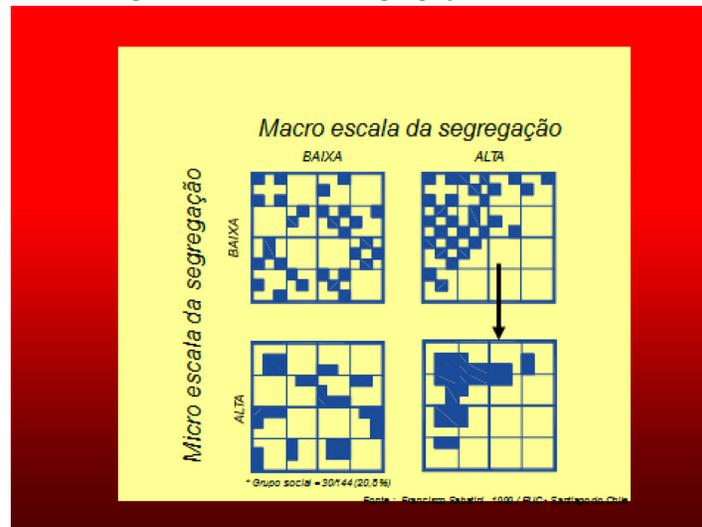
Sabemos que o Brasil e a América Latina passam por transformações urbanas importantes, como consequência da nossa crescente inserção nas mudanças sócio-produtivas. A figura 7 ilustra as tendências que pensamos estar em curso, referente à escala em que a segregação residencial deve ser compreendida.

A segregação residencial passa a ser compreendida não apenas na macro-escala, onde antes era perceptível as diferenças de localização entre as diferentes classes sociais, mas na micro-escala, pois as distintas classes sociais tem se aproximado territorialmente em contextos de mudanças de localização das elites para outras localizações do território metropolitano antes caracterizados como região de pobreza. Porém, apesar dessa

localização territorial as distâncias sociais tendem a se reforçar, constituindo outro padrão de segregação caracterizado pela proximidade física e distâncias sociais, como já era observado para algumas metrópoles latino-americanas quando da existência de favelas, como é o caso do Rio de Janeiro. Essa tendência de aproximação física no território tem sido conduzida, em grande medida, pela nova estratégia do capital imobiliário, que tem avançado na construção de condomínios horizontais fechados, protegidos como enclaves fortificados (Caldeira, 2000), o que modifica a escala em que a segregação residencial passa a se configurar.

As mudanças escalares da segregação residencial implicam, portanto, no modo como esse fenômeno passa a ser compreendido, além de ser uma perspectiva importante para a formulação de políticas públicas de combate as desigualdades sociais existentes nos principais centros urbanos do Brasil, em particular, e da América Latina, em geral.

Figura 7: Escalas de segregação residencial



## 9. Considerações finais

Objetivamos neste trabalho apresentar a metodologia de construção da Tipologia Socioespacial do Observatório das Metrôpoles, que é utilizada para análise social do território metropolitano, permitindo realizar comparações entre as metrôpoles e avaliar sua evolução temporal.

O caminho que percorremos passou pela justificativa do uso desse tipo de ferramenta – as tipologias – para análise de contextos sociais metropolitanos, tendo em vista sua aplicação histórica ou mesmo contemporânea nas pesquisas sociais e nas intervenções do setor público. Partindo dessas considerações, apresentamos os principais conceitos utilizados que fundamenta sua elaboração e nos possibilita realizar interpretações do modo como organiza socialmente o território metropolitano. Procuramos também demonstrar os procedimentos metodológicos e as operações técnicas da elaboração da referida tipologia socioespacial, tendo em vista o arcabouço teórico compreendido através da concepção de estrutura social, que se torna a base fundamental de sua elaboração. Por fim, procuramos demonstrar, por meio de exemplos, a possibilidade de análise que se pode efetuar com essa tipologia, sobretudo no que se refere a outras dimensões do território urbano, mas também relativas às desigualdades sociais.

Consideramos que a Tipologia Socioespacial é uma importante ferramenta, não apenas para a investigação social como já foi demonstrado por meio de exemplos neste trabalho, mas também como instrumento de planejamento e intervenção pública, na medida em que possibilita direcionar políticas públicas para segmentos específicos da sociedade tendo em vista a compreensão da totalidade da organização social metropolitana. Isso é de fundamental importância porque as ações públicas tendem a se orientar no sentido da integração social, o que só é possível na compreensão de sua totalidade.

Além das relações que apresentamos neste trabalho podemos indicar outras aplicações da Tipologia Socioespacial, baseada em estudos já

realizados pelo Observatório das Metr6poles, como:

- i. Segrega73o Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espa73os Urbanos Brasileiro, de Luiz C6sar de Queiroz Ribeiro, Juciano Martins Rodrigues e Filipe Corr6a de Souza.
- ii. Status, Cor e Desigualdades S6cio-espaciais nos Grandes Espa73os Urbanos Brasileiro, , de Luiz C6sar de Queiroz Ribeiro, Juciano Martins Rodrigues e Filipe Corr6a de Souza.
- iii. Dimens3o Socioespacial da Exclus3o/Integra73o nas Metr6poles, de Luiz C6sar de Queiroz Ribeiro e R6mulo Ribeiro
- iv. Vulnerabilidade Socioambiental das Regi6es Metropolitanas Brasileiras, Marley Vanice Deschamps et alli.
- v. Tend6ncias da Organiza73o Social do Territ6rio das Metr6poles: 1991 - 2000, de Rosetta Mammarella e Luciana Correa do Lago.
- vi. Organiza73o Socioespacial e Din4mica Demogr4fica na Regi3o Metropolitana do Rio de Janeiro, de 6rica Tavares
- vii. Desigualdades urbanas e desigualdades escolares, de Luiz Cesar Ribeiro, Mariane C. Koslinski, F4tima Alves e Cristiane Lasmar (orgs.).
- viii. Din4micas Intrametropolitanas e Produ73o do Espa73o na Regi3o Metropolitana De Curitiba, de Olga Firkowiski (org.)
- ix. Din4micas Intrametropolitanas e Produ73o do Espa73o na Regi3o Metropolitana de Curitiba, de Olga Firkowiski (org.)

## Referências bibliográficas

BOUDON, R. *A desigualdade das oportunidades*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

BOOTH., C. (Ed.) *Life and labour in London. First Series: Poverty.* Macmillan. Londres, 1902.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Papirus Editora, Campinas, 1996.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo.* Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica social do julgamento.* São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Depoimento: A descoberta da inflação inercial. *R. Econ. Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.

BRUN, J. Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine. In BRUN ET RHEIN (org.) *La ségrégation dans la ville.* L'Harmattan, 1994. (21-57).

CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M. de P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

DESROISIÈRES, A. , GOY, A. e THEVENOT, L. L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories professionnelles. *Economie et Statistiques*, n. 152, INSEE, Paris, fevereiro de 1983.

DUCAN, O. D. , DUCAN, B. Residential distribution and occupational stratification. *American Journal of Sociology*, 60, 1955, pp. 493-503.

FENELON, J.P. Qu'est-ce que L'Analyse des Données, Lefonen, Paris, 1981.

HARVEY, David. A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

KATZMAN, Rubém “Virtudes y limitaciones de los mapas censales de carencias críticas”, *Revista da CEPAL*, 58, 1996.

KATZMAN, Rubén (coord.). *Activos y estructuras de oportunidades*. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay (LC/MVD/R.180), Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), mayo, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Documento de trabajo, N° 107, Santiago de Chile, Equipo Técnico Multidisciplinario (ETM), Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe, 1999b.

\_\_\_\_\_. ¿Por qué los hombres son tan irresponsables?, *Revista de la CEPAL*, N° 46, Santiago de Chile, abril, 1992.

\_\_\_\_\_. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos, *Revista de la CEPAL*, N° 75, Dezembro, Santiago do de Chile, abril, 2001.

LAMPARELLI, C. Louis. Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil. Crônicas tardias ou história prematura, *Espaço e Debates*, Neru, 37, pp. 90-99.

LEDROUT, R. Sociologie urbaine, PUF, Paris, 1968.

LIPIETZ, A. Fordismo, Fordismo periférico e Metropolização. *Ensaio FEE: Porto Alegre*, 10 (2): 303-335: 1989.

MASSEY, D. Residential segregation of Spanish Americans in United States urbanized areas. *Demography*, N° 4, noviembre, 1979.

MASSEY, D. y M. Eggers. The ecology of inequality; minorities and the concentration of poverty, 1970-1980, *American Journal of Sociology*, nº 95, 1990.

RIBEIRO, L.C.Q. A Cidade, as Classes e a Política: uma nova questão urbana brasileira? In LIPPI., L.O. Cidade e História, Editora da FGV, 2002.

RIBEIRO, L.C.Q. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro, In RIBEIRO, L.C.Q. (org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*, Revan/Observatório, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, L.C.Q. & KAZTMAN, R. (Org.). A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevidéo, Uruguai: IPPES, 2008.

RIBEIRO, L.C.Q. & LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 3, novembro de 2000.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 12, p. 331-348, 2010.

RIBEIRO, L.C.Q. & SANTOS JUNIOR, O. *Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira*. Seminário “Democracia: Teoria e Prática”, Curitiba, 2001.

VALLE SILVA, N. *Posição social das ocupações*. Centro de Informática/IBGE, mimeo, 1973.

\_\_\_\_\_. *Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980*. Laboratório Nacional de Computação Científica, mimeo, 1985.

RHEIN, C. La Ségrégation et ses Mesures, In BRUN, J. , RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Concepts et Mesures, L’Harmattan, Paris, 1995.

SABATINI, F. *Tendencias de la segregacion residencial urbana en Latinoamerica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile*, Santiago do Chile, Série Azul nº. 29, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Catolica, 1999.

\_\_\_\_\_. *Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación espacial*, Santiago de Chile, Série Azul n.º. 24, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica, 1998.

\_\_\_\_\_. *Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial*, *EURE*, Volumen XXVI, N.º 77, 2000, páginas 49-80.

\_\_\_\_\_. *Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile*, ponencia presentada al seminario “Latin America: Democracy, markets and equity at the Threshfold of New Millenium”, Universidad de Upsala, Suecia, 1 a 13 de septiembre, 1999.

\_\_\_\_\_. *Transformación urbana: dialéctica entre integración y exclusión social*, Santiago, Instituto de Estudios Urbanos de la Pontificia Universidad Católica, Serie Azul, N.º 19, 1998.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Estratificação Social e Estrutura de Classe*. In VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TABARD, N. *Des Quartiers pauvres aux quartiers aisée: une representation sociale tu territoire*. *Economie et Statistique*, n. 270, 1993, p. 5-22.

TAVARES, Érica. *Relatório “Organização Socioespacial e Dinâmica Demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”*. Rede Observatório das Metrôpoles, 2010.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TOPALOV, C. *Naissance du chômeur. 1880-1910*, Éditions Albin Michel, Paris, 1994.

VEIGA, D. & RIVOR, A . L. *Fragmentación socioeconômica y pobreza: desafios para la gobernabilidad urbana. El caso de Montivideo*. Articulo presentado a la International Association Conference “Social Inequality,

Redistributive Justice and the City”, ISA- International Committee on Regional and Urban Development RC21” , Amesterdan, June 2001.

WACQUANT, L. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, novembro, pp. 64-83.

WEBER, Max. Classe, Status, Partido. In VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WILSON, W. J. *The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. University of Chicago, 1987.

Conselho Editorial

## Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

*Presidente do Conselho*

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP